A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL AO TRABALHADOR DO SETOR ELÉTRICO

ALLINE FRANCIELLE SILVA

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

ALLINE FRANCIELLE SILVA

A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL AO TRABALHADOR DO SETOR ELÉTRICO

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SILVA, ALLINE FRANCIELLE
S586A A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL AO TRABALHADOR DO
SETOR ELÉTRICO / ALLINE FRANCIELLE SILVA. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

53 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl265

ISBN: 978-65-89145-98-1

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. aposentadoria 2. especial 3. trabalhador 4. setor 5. elétrico I. SILVA, ALLINE FRANCIELLE II.
Título

CDU: 340

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl265>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

Dr. Anderson Reis de Sousa

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2021

10.37423/2021.edcl265

Resumo: O presente trabalho traz como tema de pesquisa aposentadoria especial, com enfoque principal na problematização: se existe a possibilidade de aposentadoria especial para os trabalhadores do setor elétrico, e sendo possível, quais são os requisitos para a concessão?

Este estudo adotou-se como hipótese que a evolução da Previdência Social no Brasil, no que diz respeito à aposentadoria especial, facilita o acesso do segurado ao sistema de aposentadoria. Nesse sentido, tem-se como hipótese que é possível conseguir a aposentadoria especial, mas para isso o trabalhador precisa comprovar que seu trabalho apresenta riscos à sua vida e/ou à sua saúde. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo geral verificar a possibilidade e requisitos do trabalhador do setor elétrico alcançar a aposentadoria especial. Com os objetivos específicos este trabalho buscou: abordar sobre conceitos, história e evolução da Seguridade Social e Previdência Social e; apresentar conceitos de aposentadoria especial, sua evolução histórica até os dias atuais; e analisar o posicionamento doutrinário e jurisprudencial a respeito da concessão de aposentadoria especial aos trabalhadores do setor elétrico. Trata-se de um tema com relevância social, cultural e científica, pois esta pesquisa tem um significado de suma importância, já que a aposentadoria especial, principalmente para os trabalhadores que desempenham por longo período em sua carreira, no exercício de suas atividades expostos em agentes nocivos à sua saúde. O estudo proposto demandou uma metodologia predominantemente dedutiva com fundamentação em pesquisa doutrinária e legislativa relativa ao assunto trabalhado, utilizando-se da Constituição Federal de 1988, Leis, Decretos, CLT, Jurisprudências, Direito Previdenciário, Direito do Trabalho, Reforma da Previdência; artigos científicos, tanto os publicados em periódicos como na internet, revistas (RT online) e teses. Nessa pesquisa, o método de coleta de dados foi o bibliográfico. Considerando o levantamento do problema, a jurisprudência tem aceitado a aposentadoria especial no setor elétrico e que o rol de atividades consideradas insalubres, perigosas ou penosas é exemplificativo, fato que por ausência do enquadramento da atividade desempenhada não inviabiliza, sua consideração para fins de concessão de aposentadoria, podendo ser reconhecida como especial, por meio de comprovação pericial. Durante a elaboração deste trabalho ocorreu à promulgação da Reforma da Previdência, com grandes mudanças em relação à concessão do benefício de aposentadoria, mas não trouxe nenhuma previsão expressa ao setor elétrico, mantendo assim, a aplicação jurisprudencial e concessão a cargo dos Tribunais.

Palavras-chave: Aposentadoria, Aposentadoria especial, Setor elétrico, Reforma da Previdência, Emenda Constitucional.

Sumário

INTRODUÇÃO	5
1. CONCEITOS, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	7
1.1 SEGURIDADE SOCIAL.....	7
1.3 BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA	17
2. BENEFÍCIOS DA APOSENTADORIA	18
2.1 REGRAS GERAIS: SEGURADOS E DEPENDENTES.....	18
2.2 APOSENTADORIAS	21
2.2.1 APOSENTADORIA POR IDADE.....	22
2.2.1.1 APOSENTADORIA POR IDADE COMPULSÓRIA	23
2.2.1.2 APOSENTADORIA POR IDADE DO TRABALHADOR RURAL	23
2.2.1.3 APOSENTADORIA POR IDADE DAS MULHERES	24
2.2.2 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	25
2.2.3 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	26
2.2.4 APOSENTADORIA DOS PROFESSORES	26
2.2.5 APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	27
2.2.6 APOSENTADORIA ESPECIAL.....	28
3. APOSENTADORIA ESPECIAL NA ATIVIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA	30
3.1 APOSENTADORIA ESPECIAL EM ATIVIDADES NOCIVAS PARA SAÚDE	30
3.2 ATIVIDADES NO SETOR ELÉTRICO.....	32
3.3 JURISPRUDÊNCIAS RELATIVAS À APOSENTADORIA ESPECIAL NO SETOR ELÉTRICO	37
3.4 IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA AS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	42
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito, a partir de uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, analisar controvérsias em torno da aposentadoria especial no setor elétrico.

Importante destacar que a aposentadoria especial trata-se de uma espécie de aposentadoria por tempo de contribuição, diferentemente da aposentadoria comum, em relação ao tempo exigido pelo INSS. Isso quer dizer que, tem direito a esse tipo de aposentadoria somente o trabalhador que se encontra em ambientes expostos a agentes nocivos à sua vida, saúde e integridade física. Assim:

Aposentadoria especial é uma espécie de aposentadoria por tempo de contribuição, com redução do tempo necessário a inativação, concedida em razão do exercício de atividades consideradas prejudiciais à saúde ou integridade física. Ou seja, é um benefício de natureza previdenciária que se presta a reparar, financeiramente o trabalhador sujeito a condições de trabalho inadequadas¹.

Deste modo, o presente trabalho traz como tema de pesquisa aposentadoria especial, com enfoque principal na problematização: se existe a possibilidade de aposentadoria especial para os trabalhadores do setor elétrico e, sendo possível, quais são os requisitos?

Este estudo adotou-se como hipótese que a evolução da Previdência Social no Brasil, no que diz respeito à aposentadoria especial, facilita o acesso do segurado ao sistema de aposentadoria. Nesse sentido, tem-se como hipótese que é possível conseguir a aposentadoria especial, mas para isso o trabalhador precisa comprovar que seu trabalho apresenta riscos à sua vida e/ou à sua saúde.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo geral verificar a possibilidade e requisitos do trabalhador do setor elétrico alcançar a aposentadoria especial. Com os objetivos específicos este trabalho buscou: a) abordar sobre conceitos, história e evolução da Seguridade Social e Previdência Social; b) apresentar conceitos de aposentadoria especial, sua evolução histórica até os dias atuais; c) e analisar posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais a respeito da concessão de aposentadoria especial aos trabalhadores do setor elétrico.

Trata-se de um tema com relevância social, cultural e científica, pois esta pesquisa tem um significado de suma importância, já que a aposentadoria especial, principalmente para os trabalhadores que desempenham por longo período em sua carreira, no exercício de suas atividades expostos em agentes nocivos à sua saúde. Acredita-se que cabe ao INSS proporcionar ao segurado a aposentadoria especial.

O tema proposto neste estudo ao passar dos anos já sofreu várias mudanças e continua provocando várias controvérsias entre INSS e segurados que acabam terminando com decisões proferidas pela justiça. São inúmeras dúvidas quanto ao direito daqueles trabalhadores que trabalham em condições especiais.

Juridicamente este trabalho tem sua relevância, já que é notória a importância da aposentadoria no ordenamento jurídico brasileiro, onde se vê as vantagens e desvantagens, bem como os requisitos necessários para que o trabalhador tenha a concessão desse benefício. Observou-se, através da análise de leituras que a maioria dessas discussões termina em súmulas e jurisprudências exclusivas ao benefício da aposentadoria especial ao setor elétrico.

Para alcançar os objetivos traçados anteriormente nesta pesquisa, o estudo proposto demandou uma metodologia predominantemente dedutiva com fundamentação em pesquisa doutrinária e legislativa relativa ao assunto trabalhado, utilizando-se da Constituição Federal de 1988, Leis, Decretos, CLT, Jurisprudências, Direito Previdenciário, Direito do Trabalho, Reforma da Previdência; artigos científicos, tanto os publicados em periódicos como na internet, revistas (RT online) e teses.

Nessa pesquisa, o método de coleta de dados foi o bibliográfico “[...] a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”.²

O presente estudo foi dividido em três capítulos, sendo que no primeiro serão apresentados conceitos, história e evolução da Seguridade Social e Previdência Social no Brasil. Entende-se que a Previdência Social é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988 e faz parte dos Direitos e Garantias Fundamentais dos indivíduos. Já a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Na sequência, o segundo capítulo versará sobre conceitos de aposentadoria especial e sua evolução histórica até os dias atuais. A aposentadoria especial foi criada com a finalidade de compensar o desgaste sofrido pelos trabalhadores em razão das circunstâncias de exposição a agentes químicos físicos e biológicos, atividades penosas, perigosas e insalubres.

Por fim, o último capítulo competirá trazer uma discussão acerca da forma de como é possível o trabalhador do setor elétrico alcançar a aposentadoria especial, através da apresentação e análise de jurisprudências acerca do tema em questão.

Importante mencionar que durante a realização deste estudo ocorreu a Proposta de Emenda Constitucional nº 6 de 2019 da Reforma da Previdência, onde altera as regras de aposentadoria e pensão aplicáveis aos trabalhadores segurados do Regime Geral de Previdência Social, aos servidores públicos civis e aos detentores de mandato eletivo.

1. CONCEITOS, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é abordar sobre a importância da Seguridade Social e da Previdência Social, mostrar desde conceitos e compreender como se deu sua evolução ao longo dos tempos, bem como seu funcionamento nos dias atuais.

É um tema de grande relevância para toda a sociedade, até porque, mais cedo ou mais tarde o fatalismo das eventualidades sociais pedirá a sua proteção. Tem por isso mesmo, uma premente necessidade de cada pessoa manter-se informado de tudo o que ocorre na Previdência Social para não se descuidar da vigilância e da defesa de seus próprios direitos.

1.1 SEGURIDADE SOCIAL

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, em sua convenção nº 102, consagrada em Genebra em 1952, demonstrava as aspirações e finalidades no campo da proteção social, comuns às populações dos numerosos países que a agregam. Dispõe o referido documento:

Seguridade Social é a proteção que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que de outra forma, derivam do desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência como consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice, e também a proteção em forma de assistência médica e ajuda às famílias com filhos³.

Há que se mencionar sobre a seguridade social na Constituição de 1988, nos artigos 194 a 204:

Há que se mencionar sobre a seguridade social na Constituição de 1988, nos artigos 194 a 204:

A Seguridade Social no Brasil está materializada nos art. 194 a 204, da Constituição Federal de 1988. Conforme o conceito trazido pelo art. 194, a Seguridade Social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social⁴”.

Nota-se nos os artigos acima mencionados, ao referir-se à Seguridade Social, faz referência não simplesmente a Previdência Social, mas também a Saúde e a Assistência Social.

Na verdade, tem-se que a seguridade social classifica-se como um direito protetivo de direitos da sociedade em relação às contingências ou riscos sociais-infortúnios da vida no qual qualquer pessoa está exposta determinada pelo legislador e que, a saúde, a previdência e a assistência social são suas espécies e cobrirão essas contingências através das prestações: benefícios e serviços⁵.

Compreende-se que a seguridade social é um direito fundamental do indivíduo e as ações da seguridade social são regulamentadas pelo Estado. Na verdade o Estado tem competência para estipular a forma de como será a ação estatal na construção da rede protetiva, objetivo principal da seguridade social.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº. 8.212/91 “a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a segurar o direito à saúde, à previdência e à assistência social”.

Destaca-se também o art.6º da referida Constituição, relacionada à saúde, a previdência social, a proteção, a maternidade, à infância e a assistência aos desamparados “como direitos prestacionais sociais de índole positiva no rol dos direitos fundamentais”.

A Previdência Social se sustenta no princípio da solidariedade, ela se constitui num dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Artigo 6º, caput, a Constituição dispõe sobre a previdência social como um direito social de todo cidadão brasileiro e, além de mencionar o benefício da aposentadoria como um direito dos trabalhadores urbanos e rurais (art, 7º, inc. XXIV), estabelece que a previdência social atenderá, nos termos da lei, (a) a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (b) a proteção à maternidade, especialmente à gestante; (c) a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (d) salário família e auxílio reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (e) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, em valor nunca inferior ao salário mínimo⁶.

Pela análise do artigo acima citado, o direito previdenciário é, inegavelmente, um dos direitos fundamentais do Homem e nos dias de hoje está inserido dentro da técnica de proteção social denominada Seguridade Social.

Admitir a previdência social como direito fundamental é uma necessidade. Muitos criticam o enquadramento, mas poucos conseguiriam viver em uma sociedade sem essa. O seguro social é meio necessário e eficaz de garantia da vida digna, firmando sua posição em todas as sociedades desenvolvidas. Indo além, pode-se dizer que a previdência social, na sua dimensão objetiva, seria uma garantia institucional, pois supera a solidão individualista da concepção clássica dos direitos fundamentais⁷.

Compreende-se que o direito da seguridade social trata-se de uma garantia que os indivíduos têm para se ter o mínimo de condição social indispensável para uma vida com dignidade, atendendo assim ao fundamento da República, conforme consta no art.1º da Constituição Federal de 1988.

Observa-se que a seguridade social trata-se de um instrumento de suma importância para que os trabalhadores possam ter de fato uma vida digna, especialmente as pessoas menos favorecidas.

O direito da seguridade social é o conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A seguridade social é considerada um princípio de proteção social aos indivíduos que compreende três programas sociais de maior importância, bem como assegurar os direitos, sendo elas: a previdência social, a assistência social e a saúde. Esses direitos são garantidos a todas as pessoas, onde cada uma tem seus requisitos e distinção.

A seguridade social pode ser conceituada como a rede protetiva formada pelo Estado e por particulares, com contribuições de todos, incluindo parte dos beneficiários dos direitos, no sentido de estabelecer ações positivas no sustento de pessoas carentes, trabalhadores em geral e seus dependentes, providenciando a manutenção de um padrão mínimo de vida digna⁸.

Observa-se que a saúde é um direito constitucional a todos os cidadãos e constitui-se em dever do Estado, independente de uma contraprestação por parte do usuário, como de acordo o que determina o artigo 196, da Constituição Federal de 1988.

Viu-se neste estudo a necessidade de conhecermos a evolução histórica da seguridade social no decorrer do tempo.

Importante ressaltar que a evolução socioeconômica faz com que as desigualdades se acentuem entre as pessoas da mesma comunidade e da comunidade internacional. De fato, a pobreza não é um problema apenas individual, mas, sim, de toda a sociedade.

A concentração da maior parte da renda que se encontra nas mãos de uma minoria leva à miséria da maioria das pessoas, que sente falta dos bens necessários para sua sobrevivência com dignidade. Entretanto, o homem sempre se preocupou em garantir seu sustento e o de sua família em situações de carência econômica, enfermidades e da capacidade de trabalho, de redução ou perda de renda.

Dessas situações o homem não consegue sair apenas com o seu esforço individual, necessitando do amparo do Estado para prevenir e remediar suas necessidades. Todos esses fatores levaram à busca de instrumentos de proteção contra as necessidades sociais, com reflexos na ordem jurídica⁹.

Divide-se a evolução histórica da proteção social em três etapas: assistência pública, seguro social e seguridade social.

A primeira fase da proteção social foi a da assistência pública, constituída na caridade e, na maioria das vezes, dirigida pela Igreja e, posteriormente, por instituições públicas. As pessoas em situações de necessidade, em casos de desemprego, doença e invalidez, por exemplo, socorria-se da caridade dos demais membros da comunidade.

Como a caridade já não era suficiente para socorrer os mais necessitados decorrentes de desemprego, doenças, dentre outras, viu-se a necessidade de criar outros meios de proteção, que não se fundamentassem na generosidade, e que não submetessem as pessoas a provas vexatórias de suas reais necessidades.

Pode-se afirmar que a proteção social nasceu, na família, uma vez que esta tem a proteção como algo instintivo. A concepção da família já foi muito mais forte do que nos dias de hoje e, no passado, as pessoas viviam em largos aglomerados familiares. O cuidado aos idosos e incapacitados era incumbência dos mais jovens e aptos ao trabalho. Contudo, nem todas as pessoas eram dotadas de tal proteção familiar e, mesmo quando esta existia, era frequentemente precária. Daí a necessidade de auxílio externo de terceiros voluntários, muito incentivada pela Igreja, ainda que tardiamente. O Estado só viria a assumir alguma ação mais concreta no Século XVII, com a edição da famosa Lei dos Pobres¹⁰.

Já o seguro social nasceu da necessidade de auxiliar ao trabalhador, protegê-lo contra os riscos de acidentes do trabalho. Assim, era imprescindível um sistema de proteção social que conseguisse alcançar todas as pessoas e as protegesse em todas as situações de necessidade, em qualquer ocasião de suas vidas¹¹.

Compreende-se que a seguridade social encontra-se organizado com base em um conjunto de princípios, regras e instituições, que são: a) universalidade; b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; c) seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços; d) irredutibilidade do valor dos benefícios; e) equidade na forma de participação no custeio; f) diversidade da base de financiamento; g) caráter democrático e descentralizado da administração; h) e preexistência do custeio em relação a benefício ou serviço¹².

O primeiro princípio refere-se à universalização da proteção social, ou seja, a proteção social deve estar acessível a todas as pessoas residentes no país, inclusive as pessoas estrangeiras. Importante ressaltar que a proteção se dá através da assistência social.

Em seguida tem-se a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, que diz respeito aos riscos que serão cobertos e aos valores pecuniários dos benefícios ou dos serviços prestados. A equidade na forma de participação no custeio é uma consequência do princípio da igualdade, contido no art. 5º da Constituição Federal de 1988. Explicando, quem tem mais condições financeiras certamente contribuirá com mais e quem não tiver contribuirá com menos.

O princípio da diversidade da base de financiamento teve origem na tríplice fonte de custeio, apresentada pela Constituição Federal de 1934. Entende-se que o custeio da seguridade social deve ser o mais variado possível e com amplo leque de contribuições.

Já o caráter democrático e descentralizado na administração prevê a participação de todas as classes interessadas na gestão dos recursos, nos programas, nos serviços e nas ações dos três subsistemas da seguridade social.

Há que se destacar que entre os princípios implícitos, o mais importante é o princípio do solidarismo, popularmente conhecido por princípio da solidariedade ou do mutualismo, que remete a um dos objetivos fundamentais da República Brasileira: “construir uma sociedade livre, justa e solidária¹³”.

Viu-se que a seguridade social consiste numa forma de proteção formada pelo Estado e por particulares, com contribuições de todos os indivíduos, incluindo parte dos beneficiários dos direitos, no sentido de constituir ações para dar sustento a pessoas de menor poder aquisitivo, trabalhadores em geral bem como seus dependentes, providenciando a manutenção de um padrão mínimo de vida digna a esses indivíduos.

Pode-se concluir que a seguridade social, coligada às ações de natureza voluntária da sociedade, compõe o mecanismo mais completo na realização da proteção social, não só no Brasil, como no mundo.

1.2 Previdência Social

Primeiramente achou-se oportuno falar, mesmo que brevemente, sobre os direitos fundamentais. Como se sabe, a questão do alcance dos direitos fundamentais sempre trouxe e ainda traz algum clamor por parte da sociedade, seja quanto à inclusão de direitos prestacionais, seja quanto à

amplitude desses direitos, não somente em razão da possível semelhança com os direitos sociais, mas também, especialmente, das limitações orçamentárias do Estado.

Nesse debate se coloca a previdência social, tradicional organismo de amparo diante dos infortúnios da vida. A previdência social, no direito positivo brasileiro, é definida como elemento da seguridade social, haja vista a previsão do art. 194 da Constituição Federal de 1988. Da mesma forma, é tradicionalmente apontada como direito humano de 2ª geração, configurando garantia positiva típica do Estado Social. Ainda, é direito social fixado no art. 6º da Constituição brasileira, geograficamente localizado no Título Dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Admitir a previdência social como direito fundamental é uma necessidade. Muitos criticam o enquadramento, mas poucos conseguiriam viver em uma sociedade sem essa. O seguro social é meio necessário e eficaz de garantia da vida digna, firmando sua posição em todas as sociedades desenvolvidas. Indo além, pode-se dizer que a previdência social, na sua dimensão objetiva, seria uma garantia institucional, pois supera a solidão individualista da concepção clássica dos direitos fundamentais¹⁴.

Tratando da importância do direito previdenciário e das diversas formas de proteção instituídas na Carta Constitucional de 1988, pelo art. 201 dessa, ressalta que enquanto esse sistema previdenciário adote o princípio da universalidade (art. 194, parágrafo único, inc. I, da CF/88) ele partirá de um núcleo mínimo de proteção para, a partir dele, de acordo com a capacidade econômica, o Estado ir ampliando o núcleo de eventos protegidos, e sustenta que: Resta comprovado o relevante interesse social do direito previdenciário na reparação dos efeitos dos eventos protegidos, bem como para realçar o papel do Estado na solução dos problemas em questão. “Vê-se então que o moderno Estado Social de Direito tem de fato, na Seguridade Social o ponto mais saliente de sua caracterização”. Nota-se, portanto, a proteção ao bem estar do homem como ponto mais relevante da Seguridade Constitucional¹⁵.

A Previdência Social é um seguro social obtido através de uma contribuição mensal, que garante ao segurado uma renda no período em que ele não puder trabalhar. Todo trabalhador com carteira assinada está automaticamente filiado à Previdência Social.

Considera-se a previdência social um direito social. Esse direito é garantido pela Constituição Federal de 1988 e faz parte dos Direitos e Garantias Fundamentais de todos os cidadãos e cidadãs brasileiras.

Em um conceito mais amplo,

a previdência social é tradicionalmente definida como seguro *sui generis*, pois é de filiação compulsória para os regimes básicos (RGPS e RPPS), além de coletivo, contributivo e de organização estatal, amparando seus beneficiários contra os chamados *riscos sociais*. Já o regime complementar tem como características a autonomia frente aos regimes básicos e a facultatividade de ingresso, sendo igualmente contributivo, coletivo ou individual. O ingresso

também poderá ser voluntário no RGPS para aqueles que não exercem atividade remunerada¹⁶.

Todavia, a previdência social é a proteção mais evoluído que os antigos seguros sociais, devido seu maior alcance de proteção e a flexibilização da correspondência individual entre contribuição e benefício.

Pode-se compreender Previdência Social como um dos órgãos que fazem parte do sistema de seguridade social. Esse sistema, entretanto, é constituído pelo conjunto de ações e serviços de responsabilidade do poder público, que tem como objetivo garantir o bem-estar e a justiça social dos indivíduos por meio da saúde, da assistência social e da previdência em si.

Importante lembrar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU no ano de 1948, trouxe, juntamente com o começo de um mundo novo aos indivíduos, a garantia do exercício de quatro liberdades fundamentais, são elas: liberdade de crença; liberdade de expressão; libertação do medo e libertação da necessidade. Assim, entende-se que:

A Previdência Social, sem ser, obviamente, o único, é poderoso instrumento para garantia dessa quarta liberdade, porque constitui, em síntese, conjunto de medidas destinadas a retirar o ser humano de situações de marginalização, oferecendo-lhe recursos, principalmente quando incapacitado de prover a subsistência própria e dos seus com o resultado do trabalho. Isto pode acontecer, numa civilização do trabalho como a nossa praticamente a todos os cidadãos¹⁷.

Ainda sobre a Previdência Social, importante mencionar que a proteção previdenciária foi pronunciada no art.25, da Carta Magna, sem distinção própria entre o que viriam a serem prestações de previdência e de assistência social.

A Constituição Federal de 1988 garantiu direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em casos fora de seu controle, bem como assistência durante a maternidade e a infância¹⁸.

O estudo da evolução histórica da Previdência Social no Brasil é relevante para compreender como ela funciona nos dias atuais, assim como também para uma reflexão continuada em busca de excelência na esfera legislativa, doutrinária, jurisprudencial e administrativa na Previdência Social do futuro. Assim, lembrando que:

a evolução da Previdência Social no Brasil seguiu a mesma dialética da ocorrida no plano internacional, originou-se com caráter privado e voluntário, seguindo-se com a criação dos planos mutualistas com ascendente intervenção do Estado[] A Constituição de 1824, fez alusão à assistência social, trazendo em seu art.179, XXXI, a previsão dos socorros públicos[] A Constituição de 1891 foi a primeira a

conter a expressão "aposentadoria", a qual era prestada a funcionários públicos em caso de invalidez. Em 1892, é instituída a aposentadoria por idade ou invalidez, além de pensão por morte para os operários do Arsenal da Marinha, resultou na criação do Seguro do Acidente de Trabalho, em 1919, criado pelo Dec-legislativo 3.724/1919[...] a Lei Eloy Chaves ficou sendo o marco inicial da previdência social no Brasil, pois ao vislumbrarem a criação de Eloy, outras categorias profissionais aderiram à caixa[] Com o início do governo de Getúlio Vargas, houve grandes mudanças no sistema previdenciário e trabalhista brasileiro, entre elas a criação do Ministério do Trabalho e a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP). Portanto, a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensão para muitos doutrinadores é considerado como marco inicial da previdência considerando a participação e o controle do Estado sobre o sistema¹⁹.

Embora não consta na citação do autor no que se refere à evolução histórica da Previdência Social no Brasil, inicialmente, é importante lembrar que o primeiro documento expedido sobre Previdência Social no Brasil foi emitido em 1821, pelo Príncipe Regente, Dom Pedro de Alcântara²⁰. Nota-se que a Previdência Social no Brasil passou por várias modificações até chegar ao sistema atual

Vale notar que, à medida que o país se industrializa, firmando-se o modo de produção capitalista, a Previdência Social, independentemente do mérito de seu atendimento, abarca cada vez mais novas camadas da sociedade, visando, por um lado, a socorrer-se de maiores recursos, oriundos das contribuições obrigatórias dos de maior renda, de modo a assegurar a manutenção e o sucesso do sistema previdenciário; e, por outro, não se trata somente de uma necessidade básica de subsistência das classes trabalhadoras; cuida-se, também, que o operário deve estar plenamente apto, fisicamente, para vender sua força de trabalho²¹.

Há que se dizer que a própria dinâmica do sistema capitalista implica um atendimento social que mantenha o trabalhador em condições de produzir, com saúde, durante o maior tempo possível e com o menor custo possível²².

O I Congresso Londrinense de "Direito do Trabalho", realizado de 21 a 27.8.1977, tese intitulada "A reforma da Previdência Social", já mostrava imensa preocupação com a reforma da Previdência Social, quando diz querer possível risco de desrespeito futuro de direitos subjetivos fundamentais dos beneficiários da Previdência Social, por falta de dotação orçamentária suficiente, em consequência de plano plurianual elaborado por colegiado não perfeitamente qualificado, ainda que inspirado no mais elevado espírito público²³.

Nota-se os gravíssimos defeitos da nova reforma da Previdência Social, quando se passa a atribuir a um "colegiado não perfeitamente qualificado" a "enorme responsabilidade de elaborar e executar gigantesco orçamento paralelo ao da União – o Fundo de Previdência e Assistência Social - que será o segundo orçamento no Brasil", posição que, aliás, o INPS já desfrutava sozinho.

Havia necessidade de o regulamento estabelecer freios e contrapesos não previstos no âmbito legislativo: “I – O fato; II – A Previdência Social como instrumento de garantia do exercício de direito humano elementar; III – O princípio da solidariedade entre as gerações²⁴”.

A grande solidariedade não deve ser levada ao extremo de transformar cada ser humano em simples número, com a prevalência total do social sobre o individual. É preciso que a grande solidariedade não venha a anular completamente a ação individual.

O prefácio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948, acenou com o advento de um mundo novo, no qual se garantiria o exercício das quatro liberdades fundamentais: liberdade de crença; liberdade de expressão; libertação do medo e libertação da necessidade²⁵.

Destaca que, a Previdência Social, sem ser, de modo óbvio, o único, importante instrumento para garantia dessas quatro liberdades, porque constitui, em resumo, um conjunto de medidas designadas a retirar o ser humano de situações de marginalização, oferecendo-lhe recursos, sobretudo quando incapacitado de sustento próprio e de sua família com o resultado do seu trabalho. Isto pode acontecer, numa civilização do trabalho como a do Brasil e, praticamente a todos os cidadãos²⁶.

A Previdência Social surgiu com caráter claramente contributivo e reservado a grupos profissionais e vem sofrendo sensíveis modificações, enquanto caminhava para a chamada segurança ou seguridade social, sistema universal que almeja a proteção, contra a necessidade de toda a humanidade.

Importante mencionar aqui o que diz a Constituição Federal de 1988 ao regular a ordem social, fixa o sistema de seguridade social como o principal instrumento de proteção social. Nos termos do que estabelece o art. 194, este mecanismo de tutela social compreende ações do Estado e de toda sociedade “destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social²⁷”.

O Fundo de Solidariedade da Previdência Social tem compromissos individuais com os beneficiários, reconhecidos pela lei como direito subjetivo exigível até perante o Judiciário, e nisso reside a parte individual a ser preservada. Assim sendo: “IV – Vinculação de recursos a propósitos definidos; V – A reforma da Previdência Social e a vinculação de recursos”. Os Institutos foram unificados com a criação do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social)²⁸.

A reforma da Previdência Social, ocorrida no ano de 1977, criou também SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social) e nele integrou o INPS, a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), que já existia e, duas novas autarquias, o INAMPS e o IAPAS

(Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social). O FUNRURAL teve suas atribuições distribuídas, conforme a natureza, pelos diversos órgãos do SINPAS.

A verdadeira administração da Previdência Social está centralizada na direção do Fundo, formada por um colegiado integrado pelos dirigentes das entidades que integravam o SINPAS, sob a presidência do Ministro da Previdência e Assistência Social. Todos os membros do colegiado eram, conseqüentemente, demissíveis *ad nutum* e, e desse modo, a administração cabia, efetivamente, ao governo. O antigo tripé não mais servia para símbolo da Previdência Social, porque, embora tríplice a contribuição do INPS (empregadores, empregado e Estado)²⁹.

Com a flexibilidade de movimentação dos recursos conferida ao governo, não se poderá separar a ideia de um administrador que acredite de fato em reabilitação profissional reforçar este setor em detrimento da assistência médica. De forma diferente, agiria outro administrador impressionado mais com a assistência social ou com a situação aflitiva do menor abandonado³⁰.

Existe, porém, direitos individuais, e direitos subjetivos dos beneficiários, que deverão ser respeitados. A autora refere-se especialmente: benefícios que são todos eles, prestações pecuniárias exigíveis; assistência médica em sentido amplo, assegurada, por lei, como direito dos acidentados do trabalho; e reabilitação profissional, considerada obrigatória, por lei, para os acidentados do trabalho³¹.

A elaboração do Plano Plurianual de Custeio do SINPAS não poderá esquecer tais direitos individuais. Um colegiado se não tiver qualificação, entretanto, pode fazê-lo, privando as respectivas entidades de recursos suficientes para assegurarem o exercício desses direitos. Ou seja, é para pagamento dos benefícios ou para prepararem-se adequadamente para conceder as prestações *in natura*. Ainda que previstos os recursos no Plano, será indispensável a entrega efetiva do numerário³².

Dir-se-á que, sendo prestação exigível, sinônimo de direito subjetivo, haverá possibilidade de constranger a Administração a concedê-la, apelando para o Judiciário. Mas sabemos todos que o pior devedor é, sem dúvida, o Estado³³.

Cabe deixar registrado neste estudo que a reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional no governo Lula no ano de 2003, dá sequência à agenda de reformas iniciadas por Fernando Henrique Cardoso, concretizando assim o cumprimento das solicitações feitas pelos organismos financeiros internacionais. Ao mesmo tempo, amplia e define um novo desenho operativo para os programas de assistência social, onde as ações de combate à pobreza no Brasil aparecerem em substituição ao tratamento da questão social em termos distributivos³⁴.

Essas conjunções de dados culminaram na Seguridade Social que temos hoje, regida pela lógica neoliberal, se apresenta com as seguintes tendências presentes na conjuntura atual:

regressão das políticas redistributivas de natureza pública, em favor de políticas compensatórias de combate à pobreza, de caráter seletivo e temporário; privatização e mercantilização dos serviços sociais e aumento de programas sociais de exceção voltados para o cidadão-miserável, com renda abaixo da linha da pobreza; emergência e fortalecimento de novos atores no tratamento das questões sociais, tais como a empresa socialmente responsável, trabalhadores voluntários, dentre outros, em detrimento a intervenção estatal; despolitização das desigualdades sociais de classe em face da identificação dos chamados processos de exclusão, cuja lógica transitória informa a possibilidade de estratégias de inclusão e de acesso aos bens civilizatórios e materiais, permitindo que o real e o possível se transformem em “ideal”, sitiando, assim, a construção de projetos societários)³⁵.

Conclui-se que, as reformas da previdência social, introduziram critérios que, focalizam ainda mais os direitos na população contribuinte.

Para eletricitistas, por exemplo, até o ano de 1997, a exposição à eletricidade com tensão maior que 250 volts era considerada perigosa pelo decreto 53.831/64. Mas, no decreto 2.172/97, a eletricidade não aparece como um agente nocivo, assim como os químicos são, por exemplo.

1.3 BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA

O Regime Geral de Previdência Social – RGPS disciplina a cobertura previdenciária dada aos seus segurados na forma de benefícios: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade e auxílio-acidente³⁶.

Aposentadoria, pensão e auxílio são os benefícios que a Previdência Social oferece aos segurados e seus familiares, como proteção da renda salarial em caso de doença, acidente de trabalho, velhice, maternidade, morte ou reclusão³⁷.

Além das aposentadorias citadas, a previdência social também oferece outros tipos de benefícios, como: a) auxílio-doença que é um tipo de auxílio para as pessoas que se encontram temporariamente incapacitados de trabalhar por motivos de saúde; b) pensão por morte que é um benefício pago aos dependentes de um segurado que faleceu; c) auxílio-acidente que conforme Lei 9.032/95 é um benefício a que o segurado do INSS pode ter direito quando desenvolver sequela permanente que reduza sua capacidade laborativa³⁸.

2. BENEFÍCIOS DA APOSENTADORIA

Este capítulo tem como objetivo promover uma discussão acerca dos benefícios da aposentadoria, regras de assistência, os tipos de aposentadoria, apresentando as características de cada uma delas.

2.1 REGRAS GERAIS: SEGURADOS E DEPENDENTES

Os segurados são pessoas físicas filiadas ao Regime Geral de Previdência Social, podendo ser classificadas como segurados obrigatórios ou segurado facultativo, dependendo se a filiação for decorrente de exercício de atividade laboral reconhecida por lei como tal ou não³⁹.

Os beneficiários do Regime Geral de Previdência são pessoas naturais que fazem jus ao recebimento de prestações previdenciárias, no caso de serem atingidas por algum dos infortúnios previstos em lei. As prestações previdenciárias subdividem-se em benefícios, com conteúdo pecuniário, e os serviços, hoje restritos à habilitação e reabilitação profissional e ao serviço social⁴⁰.

A classificação dos segurados é feita pelo art. 11 da Lei n.8.213/91 e pelo art.12 da Lei n. 8.212/91, bem como pelos artigos 9º, 10 e 11 do Decreto n.3.048/199941. Há que se dizer que os segurados obrigatórios no Regime da Previdência Social são divididos nas seguintes espécies: a) empregado; b) empregado doméstico; c) contribuinte individual; d) trabalhador avulso; e) segurado especial. Para estes segurados não há a possibilidade de exclusão por vontade própria, sendo obrigatória a vinculação ao sistema previdenciário. O segurado empregado é aquele que presta serviço à empresa rural ou urbana e que atenda a todos os requisitos da CLT, como subordinação, habitualidade e remuneração, por exemplo. Assim:

A legislação brasileira define o empregado utilizando, a princípio, um conceito genérico, enquadrando-o inicialmente conforme conceito derivado do Direito do Trabalho, para seguir, especificar situações casuísticas em relação às quais a previdência confere o mesmo efeito jurídico. Assim, empregado é aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa ou equiparada a esta, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração⁴².

São também compreendidos nesta subespécie: a) o trabalhador temporário; b) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil; c) o que presta serviço no Brasil à missão diplomática ou à repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados; d) o brasileiro civil que trabalha para a União no exterior; e) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com os Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), autarquias e fundações públicas; f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar

como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

Já o empregado doméstico é aquele que presta serviço de forma contínua em âmbito da residência familiar e em atividades sem fins lucrativos. Esta classe está regida pela Lei Complementar nº 150 de 1º de junho de 2015. Assim, se diferencia do segurado empregado que vimos acima:

O empregado doméstico presta serviço com vínculo semelhante ao empregado: é um trabalho personalíssimo, com habitualidade, mediante remuneração mensal subordinado ao empregador. Entretanto, existem algumas notas de diferenças entre eles: o empregado doméstico presta serviço exclusivamente à pessoa física ou famílias, no âmbito residencial desta, em atividade sem fim lucrativo⁴³.

O contribuinte individual é uma espécie de segurado bastante genérica, ampla, comportando trabalhadores muito distintos entre si, mas com algo em comum: nenhum deles enquadra-se nas situações anteriores. Como contribuintes individuais, portanto, temos todos aqueles que fogem às regras já expostas. Esses segurados são definidos na legislação previdenciária art. V da Lei n.8.213/91. O contribuinte individual, classe de trabalhador criada pela Lei n.9.876/1999, reuniu as antigas espécies de segurados como os empresários, autônomos e equiparado a autônomos⁴⁴.

O trabalhador avulso são aqueles sem vínculo empregatício, pois, se este existir, trona-se empregado. Diante disso,

seu serviço pode ser prestado tanto na área rural como na urbana, na área portuária ou terrestre. Se este trabalhador não possui os requisitos inerentes à relação de emprego e atua em diversos segmentos econômicos, como distingui-lo do contribuinte individual? A resposta está na intermediação. Somente será segurado avulso aquele que presta serviço com a intermediação obrigatória do sindicato, para os avulsos terrestres, ou o OGMO- órgão gestor de mão-de-obra, para os avulsos portuários⁴⁵.

O trabalhador avulso, para possuir este enquadramento, não necessita ser sindicalizado, embora na prática a preferência para o trabalho evidentemente recaia sobre estes⁴⁶.

O segurado especial é a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros⁴⁷.

O segurado especial também se encaixa na categoria de segurados obrigatórios. Ele é o único segurado com definição no próprio texto constitucional, o qual determina o tratamento diferenciado a ser dado a estas pessoas. O segurado especial traduz-se resumidamente, no pequeno produtor rural e no pescador artesanal⁴⁸.

Cabe aqui ressaltar que, dentro dos segurados obrigatórios, têm direito à aposentadoria especial apenas o segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual cooperado, este sendo aquele filiado à cooperativa de trabalho ou de produção.

No que diz respeito ao segurado facultativo, a legislação previdenciária exemplifica como, dentre outros: a) a dona de casa; b) o estudante; c) o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior (desde que licenciado sem remuneração); d) aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social e que se inscreva voluntariamente; e) e o bolsista ou estagiário que prestam serviço de acordo com a Lei n. 6.494/1977⁴⁹.

Para uma pessoa filiar-se como segurado facultativo basta atender a dois requisitos básicos: não ser segurado obrigatório e ser maior de 16 anos. O primeiro requisito exclui os trabalhadores em geral, pois já são segurados obrigatórios, e o segundo exclui qualquer pessoa com idade inferior a 16 anos⁵⁰.

Agora vamos falar um pouco quanto aos dependentes de assegurados pelo Regime Geral da Previdência Social.

Existem dois benefícios que são devidos aos dependentes de assegurados, que são: pensão por morte e auxílio-reclusão. Estes dependentes podem ser divididos em três classes distintas:

I- cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente equiparado a filhos (menor enteado e tutelado), nas mesmas condições;

II- pais; e

III- Irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21(vinte e um) anos, ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente⁵¹.

Para que alguém seja considerado dependente de um assegurado da Previdência Social deve preencher dois requisitos: São eles:

1) Contar na listagem acima, e 2) ter dependência econômica do segurado. O cônjuge, o companheiro e o filho têm dependência econômica presumida, o que não acontece em relação aos demais dependentes. Portanto, os equiparados a filho, os pais e o irmão devem comprovar dependência econômica⁵².

Importante lembrar que havendo mais de um dependente, o benefício (pensão ou auxílio-reclusão) será dividido em cotas⁵³.

2.2 APOSENTADORIAS

A aposentadoria é uma prestação previdenciária com remuneração mensal, o valor a depender de cada tipo de contribuição, concedido ao trabalhador brasileiro aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, que atenda aos requisitos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Importante lembrar que a aposentadoria começou a ser introduzida no final do século XIX em países já industrializados, como um meio de garantir o sustento de vida de trabalhadores em idades avançadas, nos seus últimos anos de vida, tirando-os da mendicância, condição que muitos deles encararam quando não tinham mais condições de trabalhar. De fato, eram poucos os que chegaram à idade mínima exigida Previdência Social para se aposentar que era de 70 anos.

A aposentadoria é a prestação previdenciária por excelência, visando garantir os recursos financeiros indispensáveis ao beneficiário, de natureza alimentar, quando este já não possui condições de obtê-lo por conta própria, seja em razão de sua idade avançada, seja por incapacidade permanente para o trabalho. Não obstante a previdência brasileira comportar prestações de outras espécies, como os benefícios por incapacidade temporária para o trabalho, a aposentadoria, principalmente por idade, é tradicionalmente almejada pela coletividade como o prêmio a ser alcançado após anos de serviço contínuo, dedicação de uma vida à profissão abraçada⁵⁴.

A Constituição Federal de 1988, afirma que o Estado tem que assegurar aos cidadãos condições mínimas para sobreviver, assim como também garantir o exercício dos direitos sociais e o bem-estar social desses cidadãos, respeitando a dignidade da pessoa humana. Assim, na esfera trabalhista, uma das formas de colocar em prática tal ação é através da concessão da aposentadoria.

deve-se considerar que há um conteúdo mínimo do direito à previdência, fixado na própria Constituição Federal, como limite normativo para a edição da lei. Os parâmetros do direito à previdência são dados por uma hierarquia de princípios, que partem dos mais gerais, a dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988), para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, expurgada da pobreza, da marginalização e das grandes desigualdades sociais (art. 3.º da CF/1988). Os direitos sociais estão associados à noção de segurança (art. 6.º da CF/1988) contra o risco da velhice desprotegida, da miséria, do desamparo⁵⁵.

A aposentadoria é uma garantia constitucional, especialmente tratada no art. 201 da Constituição Federal de 1988, com nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/1998: Expõe o referido artigo:

Art. 201(...) § 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição se for mulher. II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzidos em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos

os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. § 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício de suas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio⁵⁶.

Da forma como foi disposta a norma, continuaram a subsistir duas aposentadorias distintas no corpo principal da Constituição, uma por idade e outra por tempo de contribuição (destinadas às pessoas que se filiaram após 16/12/1998):

Aposentadoria por idade e a aposentadoria por tempo de contribuição. O projeto de emenda constitucional previa, inicialmente, a reunião dos critérios de idade e de tempo de contribuição para a fruição da mesma aposentadoria, o que foi rejeitado pelo Congresso por ocasião da aprovação, mantendo-se distintamente as aposentadorias⁵⁷.

A aposentadoria por idade é um benefício concedido aos segurados do INSS que atingiram determinada faixa etária 65 anos para pessoas sexo masculino e 60 anos para o feminino, que será discutido a seguir.

2.2.1 APOSENTADORIA POR IDADE

Aposentadoria por idade, concedidos a mulheres com 60 anos e homens com 65 anos. Os trabalhadores rurais podem pedir a partir dos 60 anos os homens, e 55 anos as mulheres. A aposentadoria por idade poderá ser solicitada pela empresa, compulsoriamente, desde que o empregado tenha preenchido o período de carência e completado setenta anos de idade, o homem, sessenta e cinco anos, a mulher. Neste caso, o empregado terá direito indenização prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que corresponde a 40% (quarenta por cento) do valor dos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tendo como data da rescisão o dia anterior ao da aposentadoria⁵⁸.

Este benefício era conhecido como aposentadoria por velhice, assumindo a atual denominação com a edição da Lei. n. 8.213/91. Infrutífera tentativa de eliminar o preconceito diante dos idosos, com a adoção de terminologia mais adequada⁵⁹.

A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado tenha cumprido a carência, quando este completar setenta anos de idade, se do sexo masculino, ou sessenta e cinco, se do sexo feminino, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria⁶⁰.

Este benefício comporta carência que é de 180 contribuições mensais. Na verdade, esta carência somente é exigível para os segurados filiados ao RGPS após 24/7/1991, data da promulgação da Lei n.8.213/91, que aumentou este período de 60 para 180 meses. Para os demais segurados, há uma regra de transição prevista no art.142 desta lei⁶¹.

Os requisitos de carência e idade deveriam ser atendidos simultaneamente, em período no qual a pessoa ainda estivesse vinculada ao RGPS, já que são requisitos cumulativos. Por exemplo, uma pessoa que trabalhou por 20 (vinte) anos, mas tenha deixado de exercer atividade remunerada por vários anos, até atingir a idade necessária, não teria direito⁶².

2.2.1.1 APOSENTADORIA POR IDADE COMPULSÓRIA

A ideia de criação de aposentação compulsória, solicitada pela empresa, será simplesmente possibilitar a esta excluir-se do pagamento das verbas rescisórias. Torna-se relevante explicar que,

A aposentadoria funcionaria como um rompimento fictício de vínculo empregatício, possibilitando a efetiva demissão no dia seguinte, sem pagamento das verbas rescisórias, pois haveria aí um novo vínculo com apenas um dia de trabalho, objeto de indenização. Enfim, seria esta aposentadoria compulsória mero artifício para os empregadores poderem afastar empregados com longos períodos de trabalho sem a indenização devida⁶³.

Ao ser aposentado compulsoriamente, será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria⁶⁴.

A aposentadoria por idade poderá ser decorrente da transformação de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, desde que requerida pelo segurado, observado o cumprimento da carência exigida na data de início do benefício a ser transformado⁶⁵.

2.2.1.2 APOSENTADORIA POR IDADE DO TRABALHADOR RURAL

Já o trabalhador rural, possuía regime diferente de aposentadoria, o qual era conhecido como FUNRURAL. Pode-se confirmar tal afirmação se olharmos na história da Previdência social no Brasil.

A comprovação do efetivo exercício de atividade rural será feita em relação aos meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua, durante período igual ao da carência exigida para a concessão do benefício⁶⁶.

A aposentadoria do trabalhador rural requer, além da idade e carência, tempo de atividade rural durante período igual ao de carência (que é de 180 meses, ou inferior, se em regra de transição). Não

se requer que todo o tempo de carência seja cumprido em atividade rural, mas que o segurado tenha tempo comprovado em atividade de rurícola em interregno igual⁶⁷.

Cabe aqui destacar que, com a publicação da Constituição Federal de 1988, os trabalhadores rurais passaram a integrar inteiramente a Previdência Social. No entanto, carecia somente a edição de legislação ordinária para dar plena efetividade aos comandos constitucionais em menção, o que só veio a ocorrer com a divulgação das Leis n.º 8.212/91 e n.º 8.213/91 e demais legislações reguladoras dessa matéria⁶⁸.

Cumprir observar que as despesas com os benefícios previdenciários rurais não conseguem ser financiadas apenas com as contribuições do setor rural. Por outro lado, porque no campo ainda há enorme desigualdade econômica e muitos agricultores produzem para a subsistência, com pouco excedente comercializável. Para se manter, portanto, um sistema de proteção social eficiente quanto ao grau de cobertura e de valor dos benefícios, haverá sempre a necessidade de subsidiar a previdência rural a partir de outras fontes de custeio. Por outro lado, as contribuições previdenciárias do setor rural são susceptíveis de inúmeras formas de evasão, reflexos da dificuldade de se praticar uma eficiente fiscalização na área rural⁶⁹.

2.2.1.3 APOSENTADORIA POR IDADE DAS MULHERES

Outra observação importante trata-se da aposentadoria por idade das mulheres.

Uma das principais justificativas para a redução da idade da mulher seria a sua dupla jornada de trabalho, isto é, ao mesmo tempo que exerceria suas atividades profissionais, ainda teria de administrar o ambiente familiar. Todavia, com a evolução da sociedade, esta tarefa tem sido cada vez mais frequentemente repartida entre o casal, sendo a diferenciação de idade cada vez mais anacrônica. Ademais, ainda que se admita a dupla jornada (trabalho-família) da mulher, tal fato é irrelevante para um benefício para um benefício que tem, como risco coberto, a idade avançada, considerada incapacitante para o trabalho. Se a mulher, ainda que venha a se submeter a maior carga de trabalho, não apresentar desgaste maior do que o do homem ao longo da vida, mantendo-se as expectativas de vida, não se justifica a benesse do sistema protetivo. Certamente a mulher que se enquadre na dupla jornada poderia demandar compensações estatais, mas não da previdência social⁷⁰.

O fato de o sistema previdenciário ser contributivo não significa dizer, como afirmam os incautos, que a concessão de benefícios sempre demandará contribuição de seu beneficiário direto. A preexistência do custeio demanda um plano de financiamento compatível com os encargos previstos, mas o que será exigido individualmente dependerá do grau de solidariedade do sistema⁷¹.

2.2.2 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Já aposentadoria por invalidez é o benefício concedido aos cidadãos que por doença ou acidente, forem considerados pela perícia médica da Previdência Social, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta seu sustento e o de sua família. Este benefício requer uma carência mínima de 12 meses de contribuição.

A princípio, é de se estranhar a previsão de recuperação (total ou parcial) de capacidade laborativa do aposentado por invalidez. Entretanto, como a medicina evoluiu a cada dia, com novos medicamentos e tratamentos mais eficazes, é possível que o segurado, hoje inválido, venha a recuperar alguma capacidade laborativa em futuro próximo. Daí a reversibilidade deste benefício, o que justifica a manutenção das perícias periódicas e tratamento obrigatório mesmo após a aposentação⁷².

Este tipo de aposentadoria pode ser reavaliado a cada dois anos e o benefício será pago enquanto perdurar a incapacidade para o trabalho. Somente o profissional médico habilitado e registrado no INSS poderá opinar pela invalidez do segurado⁷³. Importante destacar que a aposentadoria também poderá ser decorrente de doença mental. Conforme expõe o artigo 42 da Lei 8.213/91:

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição⁷⁴.

Assim, o fato de o segurado ter recebido anteriormente auxílio-doença é irrelevante. Todavia, na prática, a perícia médica concede o auxílio ao segurado, esperando que este venha recuperar-se das lesões apresentadas. Caso isto não ocorra, chegando a perícia à conclusão de que o segurado é irrecuperável para a sua atividade ou inadaptável para outra, é então aposentado por invalidez. Se a invalidez do segurado decorre de doença ou lesão preexistente à filiação, o benefício não lhe será concedido⁷⁵.

Quando diz “que lhe garanta a subsistência própria e de sua família”, está se referindo em resguardar a dignidade da pessoa humana:

É o princípio maior, fundante do Estado Democrático de Direito, sendo afirmado já no primeiro artigo da Constituição Federal. A preocupação com a promoção dos direitos humanos e da justiça social levou o constituinte a consagrar a dignidade da pessoa humana como valor nuclear da ordem constitucional. Sua essência é difícil de ser capturada em palavras, mas incide sobre uma infinidade de situações que dificilmente se podem elencar de antemão. Talvez possa ser identificado como sendo o princípio de manifestação primeira dos valores constitucionais, carregando de sentimento e emoções. E

impossível uma compreensão exclusivamente intelectual e, como todos os outros princípios, também é sentido e experimentado no plano dos afetos⁷⁶.

Esclarecendo ainda que, o benefício de aposentadoria por invalidez poderá ser confiado independentemente de o segurado estar ou não recebendo o auxílio-doença, decorrente ou não de acidente de trabalho ou doença profissional.

2.2.3 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Aposentadoria por tempo de contribuição concedido a contribuintes com 35 anos de contribuição para homens, e 30 anos para mulheres.

A aposentadoria por tempo de contribuição é um benefício que sofre constantes ataques, sendo que um número razoável de especialistas defende sua extinção. Isso decorre da conclusão de não ser este benefício tipicamente previdenciário, pois não há qualquer risco social sendo protegido-o tempo de contribuição não traz presunção de incapacidade para o trabalho. Outros defendem este benefício, já que, mesmo não tendo risco a proteger, permite uma renovação mais rápida do mercado de trabalho, o que pode ser útil em épocas de desemprego acentuado. Não obstante, o que se vê, na prática, são segurados que se aposentam por tempo de contribuição e continuam trabalhando. Ocorre que este benefício acaba por ser exclusivo das classes superiores, pois o trabalhador de baixa renda tem grande dificuldade para comprovar seu tempo de contribuição, sendo praticamente obrigado a aposentar-se por idade⁷⁷.

Este benefício, em sua atual configuração, não se coaduna com a lógica protetiva, pois permite a aposentação em idades muito inferiores ao que se poderia rotular de idade avançada. “Não há limites de idade para aposentadoria por tempo de contribuição”⁷⁸.

A aposentadoria por tempo de contribuição também exige carência (180 contribuições mensais). O conceito de carência não se confunde com o tempo de contribuição. O segurado que efetua recolhimentos referentes a 20 (vinte) anos de competências em atraso tem 20(vinte) anos de tempo de contribuição, mas zero de carência. Esta é número de contribuições mensais “⁷⁹”.

Com as mudanças nas regras, caso sejam aprovadas, qualquer uma das propostas a aposentadoria por tempo de contribuição seria extinta devido à necessidade de comprovar idade mínima, o que até o momento não é necessário⁸⁰.

2.2.4 APOSENTADORIA DOS PROFESSORES

No que diz respeito a este tipo de contribuição, há que se falar do professor em especial. Já que este tem tempo de contribuição diferente da classe comum. Assim:

O professor deve comprovar, para obter a redução de 05 (cinco) anos, tempo de efetivo exercício em função de magistério na Educação Infantil, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, durante todo o período. Caso não o faça o tempo será considerado somente para a aposentação normal, aos 35 ou 30 anos, conforme seja homem ou mulher, respectivamente⁸¹.

Até que a legislação específica sobre o tema em questão seja de fato criada, a legislação previdenciária, em especial o regulamento da Previdência Social, determina algumas diretrizes.

Considera-se tempo de contribuição, contado de data a data, desde o início até a data do requerimento ou do desligamento de atividades abrangida pela previdência social, descontados os períodos legalmente estabelecidos, como de suspensão de contrato de trabalho, de interrupção de exercício e de desligamento da atividade⁸².

Importante lembrar que esse impasse com relação ao tempo exigido para adquirir a aposentadoria foi parcialmente encerrada com a edição da Lei n.11.301, de 10 de maio de 2006 na qual fica claro que são consideradas também outras funções do magistério além das exercidas pelos professores.

É preciso comprovar o tempo total de contribuição de 30 anos (homens) e de 25 anos (mulheres) e deve respeitar a carência de 180 meses.

2.2.5 APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Achou-se oportuno num primeiro momento falar, mesmo que forma breve, a respeito da Lei Complementar nº 142/2013, que, de fato, inseriu a aposentadoria especial para a pessoa com deficiência no Regime Geral de Previdência Social.

Lei Complementar n.142, de 08 de maio de 2013, após longa espera, finalmente trouxe disciplina necessária ao art. 201, § 1º, da Constituição, o qual prevê, de forma diferenciada, a aposentadoria de pessoas com deficiência. Estima-se que algo próximo a 40 milhões de brasileiros tenham algum tipo de deficiência. A nova regra legal será de grande importância⁸³.

Importante deixar claro que a pessoa com deficiência encontra seu significado no dispositivo legal na Lei nº 13.146, de 06/07/2015, que institui em seu artigo 2º, como sendo àquela pessoa que tem dificuldade de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras na sua vida diária e podem interromper sua participação total e efetiva na sociedade em que se encontra inserida em igualdade de condições com as outras pessoas. Há que se ressaltar que a referida Lei Complementar reproduz o conceito abrangente de deficiência, na definição adotada internacionalmente.

Embora a aposentadoria por idade estabelecer 15 anos de contribuição, observa-se que o tempo de deficiência, que do mesmo modo é de 15 anos, não necessariamente deverá ser coincidente com o primeiro período de tempo. Diante dessas observações:

Pode o assegurado, antes da deficiência, ter alcançado 15 anos de contribuição, ter se afastado de qualquer atividade remunerada em razão da deficiência, ficar ausente do sistema por mais 15 anos e, ao completar a idade prevista no art.7º, obter seu benefício⁸⁴.

Nota-se que, anteriormente à deficiência, o tempo de contribuição do indivíduo foi de 15 anos e não importa se esteve ou não afastado de suas atividades laborais.

É importante lembrar que as prestações por idade ou tempo de contribuição do deficiente, por serem subespécies das aposentadorias por idade e tempo de contribuição, também se beneficiam do previsto no art.3º da Lei n.10.666/2003, quanto à ausência de perda da qualidade de segurado⁸⁵.

Necessário ressaltar que a referida Lei estabeleceu regras diferenciadas para a aposentadoria das pessoas portadoras de deficiência. E talvez o mais importante, concretizou um direito fundamental previsto no parágrafo primeiro do artigo 201 da Constituição Federal de 1988, já que estas pessoas estão em condições diferenciadas e merecem assim tratamento diferente respeitando suas desigualdades no que tange também à sua aposentadoria.

2.2.6 APOSENTADORIA ESPECIAL

Aposentadoria especial é concedida ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.

A aposentadoria especial é garantida ao trabalhador segurado da previdência social, desde que comprovada sua exposição a agentes nocivos que afetam a integridade física, podendo esses agentes ser químicos ou biológicos.

O ambiente de trabalho em que a atividade laboral é realizada de modo a expor o trabalhador é considerado um ambiente insalubre. Assim, faz jus ao benefício previdenciário da aposentadoria especial, considerada pela doutrina como uma compensação legal para os trabalhadores que não usufruem de um ambiente de trabalho salubre⁸⁶.

Importante lembrar sobre a criação da aposentadoria especial:

A aposentadoria especial foi instituída pela LOPS, Lei n.3.807/60, sendo que, à época, exigia limite mínimo de idade, cinquenta anos ou mais, além de ter trabalhado o segurado com exposição a agentes nocivos. A Lei n.5.440-A/68 suprimiu a exigência da idade, o que permanece até hoje⁸⁷.

A Lei nº 3.807, de 5 de setembro de 1960 foi regulamentada pelo decreto 53.831, de 25 de março de 1964 que, sem definir taxativamente quais seriam estas atividades penosas, insalubres ou perigosas, trouxe em seu bojo, uma anexo com lista de agentes e ocupações. Além dos correspondentes prazos de contribuição para concessão do benefício, sendo de quinze, vinte ou vinte cinco anos a depender da classificação da atividade como requisito para o direito a aposentadoria data especial⁸⁸.

A aposentadoria especial, ao contrário do que se possa parecer, é um dos mais complexos benefícios previdenciários, não sendo exagero considerá-lo o que produz maior dificuldade de compreensão e aplicação de seus preceitos. Grande parte desta dificuldade decorre das constantes alterações da legislação, que sempre trazem novas regras, sendo algumas derrubadas pelo judiciário. É tratado na Lei n.8.213/91 nos arts.57 e 58, e pelo Regulamento da Previdência Social em seus arts.64 a 70⁸⁹.

Porém, os trabalhadores que se encontravam expostos a condições especiais, anteriores à vigência da Lei nº 9.032/95, que faziam parte das categorias profissionais que já eram previstas no rol de beneficiários da aposentadoria especial, tais como: professores, eletricitários, vigilante armado, dentre outros, conservaram suas garantias até a vigência do novo ordenamento, restando ao segurado fazer prova de que pertencia à categoria profissional. Diante disso, entende-se que,

a modificação da Lei n.9.032/95 restringiu este benefício aos últimos. A modificação foi correta, pois excluiu a possibilidade de alguns se aposentarem sem comprovação da nocividade de sua atividade, em prejuízo do sistema previdenciário, somente por pertencerem a determinadas categorias profissionais⁹⁰.

Sabemos que a aposentadoria especial é garantida ao trabalhador segurado da previdência social, desde que comprovada sua exposição a agentes nocivos que afetam a integridade física, podendo esses agentes ser químicos ou biológicos. Desta forma, o ambiente de trabalho em que a atividade laboral é realizada de modo a expor o trabalhador é considerado um ambiente insalubre⁹¹.

A insalubridade consiste no trabalho com exposição a agentes agressivos, de natureza física, química ou biológica. A penosidade é o trabalho desgastante, física ou mentalmente. A periculosidade tem mais de um aspecto. Um deles é o trabalho em contato com inflamáveis ou explosivos, conceito que tem sede trabalhista e leva ao pagamento do respectivo adicional. No entanto, para efeito previdenciário, também se denomina “perigoso” o trabalho de natureza para policial, de vigilantes armados e pessoas com funções similares. Lei recente inclui os eletricitários entre os exercentes de atividade periculosa (Lei 7.369/85)⁹².

A definição de insalubridade consta da CLT, art. 189, neste teor:

Art. 189. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”⁹³.

O beneficiário receberá 100% (cem por cento) do salário do benefício. Inexiste aposentadoria especial proporcional. O anexo IV do Regime de Previdência Social discrimina os agentes nocivos ensejadores de aposentadoria após 15, 20 ou 25 anos de exposição ao exercício da atividade, mas que “de qualquer forma, a renda é sempre integral”⁹⁴.

A carência para concessão da aposentadoria especial é de 180 meses, em regra, ou seja, 15 anos.

3. APOSENTADORIA ESPECIAL NA ATIVIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA

Sabe-se que, a aposentadoria especial é um benefício da previdência social que, por sua vez, trata-se de uma das espécies do gênero seguridade social. Diante disso, este capítulo buscou abordar sobre a aposentadoria especial na atividade de energia elétrica, abordando outros temas de suma importância, tais como: atividade de risco e aposentadoria especial no setor elétrico, tema central desta pesquisa.

3.1 APOSENTADORIA ESPECIAL EM ATIVIDADES NOCIVAS PARA SAÚDE

A aposentadoria especial foi instituída pelo Lei Orgânica da Previdência Social, Lei n.3.807/60, sendo que, à época, exigia limite mínimo de idade, cinquenta anos ou mais, além de ter trabalhado o segurado com exposição a agentes nocivos. A Lei n.5.45440-A/68 suprimiu a exigência da idade, o que permanece até hoje. “A mesma Lei provocou uma ampliação do benefício, estabelecendo-se uma série de privilégios para categorias profissionais que não estavam expostas a qualquer tipo de situação que prejudicassem a saúde do trabalhador”⁹⁵.

A Lei n.8.213, de 24 de julho de 1991, não trouxe grandes mudanças, sendo somente com o advento da Lei n.9.032, de 28 de abril de 1995, que se viu a moralização do benefício, que passou a ser concedido mediante critérios técnicos”⁹⁶.

A Lei n.º 8.213/91 não trouxe alterações significativas e somente com a edição da Lei n.º 9.032/95 houve a reestruturação dos requisitos legais para a concessão do benefício em evidência. Com edição da Lei n.º 9.032 de 29 de abril de 1995, constituiu um importante marco divisor de dois regimes significativamente diferenciados relacionados à aposentadoria especial. Porque, findou o antigo sistema de taxaço por atividades especiais, instaurando nova ordem jurídica na qual, muito além da mera qualificação

profissional, exige-se a efetiva demonstração da sujeição do trabalhador a agentes deletérios”⁹⁷.

Ressalta-se que o atual pagamento legal deste benefício foi basicamente delineado pela Lei n. 9.032/95, que excluiu o direito de diversas categorias profissionais, cujos trabalhadores, pelo simples fato de a ela pertencerem, aposentavam-se de modo precoce”⁹⁸.

Lembrando que, a regra antecedente deste benefício possibilitava a aposentação para segurados pertencentes a determinadas categorias e aos que laboravam com agentes nocivos. A modificação da Lei n.9.032/95 restringiu este benefício aos últimos. A modificação foi correta, pois excluiu a possibilidade de alguns se aposentarem sem comprovação da nocividade de sua atividade, em prejuízo do sistema previdenciário, somente por pertencerem a determinadas categorias profissionais⁹⁹.

A partir do Decreto 2172 de 05 de março de 1997, ocorreu o marco histórico da problematização quanto ao direito da Aposentadoria Especial por risco elétrico, pois houve uma mudança radical no entendimento administrativo, que visualizou a retirada do agente físico eletricidade do anexo IV. Que em face disso o INSS passou a negar os pedidos de aposentadoria especial dos eletricitários que fizessem a solicitação junto ao órgão, restando desse modo apenas por via judicial para reconhecimento do direito¹⁰⁰.

No Decreto nº 2.172 de 1997, a eletricidade deixou de constar na relação de agentes físicos nocivos, relacionadas em seu anexo IV. Outrossim, além do preenchimento de formulário específico (atualmente chamado de Perfil Profissiográfico (PP) ou Perfil Profissiográfico do Trabalhador (PPT), em razão do Decreto nº 8.123, de 16 de outubro de 2013), passou-se a exigir laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT)”¹⁰¹.

Vejamos o anexo IV do Decreto nº 53.831/1964 onde constava a eletricidade como agente físico prejudicial ao trabalhador, qual foi retirado após o Decreto mencionado acima:

QUADRO A QUE SE REFERE O ART. 2º DO DECRETO Nº 53.831, DE 25 DE MARÇO DE 1964
REGULAMENTO GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO	CAMPO DE APLICAÇÃO	SERVIÇOS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS	CLASSIFICAÇÃO	TEMPO DE TRABALHO MÍNIMO	OBSERVAÇÕES
1.0.0	AGENTES				
1.1.0	FÍSICOS				
1.1.8	ELETRICIDADE Operações em locais com eletricidade em condições de perigo de vida.	Trabalhos permanentes em instalações ou equipamentos elétricos com riscos de acidentes - Eletricistas, cabistas, montadores e outros.	Perigoso	25 anos	Jornada normal ou especial fixada em lei em serviços expostos a tensão superior a 250 volts. Arts. 187, 195 e 196 da CLT. Portaria Ministerial 34, de 8-4-54.

Fonte: Extraído do anexo IV (classificação dos agentes nocivos), do decreto nº 53.831/64.

102

Explicando com maiores detalhes sobre os Decretos de n. 3.048/99 e Decreto nº 8.123 de 2013, tem-se que

o Decreto nº 3.048 de 1999, atualmente em vigor com alterações feitas pelo Decreto nº 4.729 de 2003 e Decreto nº 8.123 de 2013, prevê que a aposentadoria especial é devida em razão do trabalho sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, que dependerá do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, e da exposição do segurado aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. Saliente-se que, em seu anexo IV, também não consta a eletricidade como agente físico nocivo¹⁰³.

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta do anexo IV do regulamento da Previdência Social¹⁰⁴.

3.2 ATIVIDADES NO SETOR ELÉTRICO

Primeiramente achou-se relevante definir o que é eletricidade.

A eletricidade é uma das fontes mais utilizadas no mundo moderno, seu transporte e transformação em outros tipos de energia é relativamente simples e contribui para o desenvolvimento socioeconômico. Ela é essencial a toda hora, sem interrupções, e ainda, é considerada como serviço público¹⁰⁵.

Portando, a eletricidade pode comprometer a segurança e a saúde das pessoas que se encontram expostas direta ou indiretamente a ela. Isso deve ao fato de a eletricidade não é percebível aos sentidos do homem, ou seja, não é vista e nem sentida, onde as pessoas podem ser expostas a ocasiões de risco desconhecidas ou subestimadas.

A eletricidade constitui-se um agente de alto potencial de risco ao homem. Mesmo em baixas tensões ela representa perigo à integridade física e saúde do trabalhador. Sua ação mais nociva é a ocorrência do choque Elétrico com consequências diretas e indiretas (quedas, batidas, queimaduras e outras). Também apresenta risco devido à possibilidade de ocorrências de curtos-circuitos ou mau funcionamento do sistema elétrico originando grandes incêndios e explosões¹⁰⁶.

Diante disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, foi criada para regular o setor elétrico brasileiro, por meio da Lei nº 9.427/1996 e do Decreto nº 2.335/1997, iniciando suas atividades em dezembro de 1997, tendo como principais atribuições:

Regular a geração (produção), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;

Fiscalizar, diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e os serviços de energia elétrica;

Implementar as políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos;

Estabelecer tarifas;

Dirimir as divergências, na esfera administrativa, entre os agentes e entre esses agentes e os consumidores, e

Promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica, por delegação do Governo Federal¹⁰⁷.

Importante tecer alguns comentários acerca da atividade de energia elétrica. De acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE, a atividade energia elétrica abrange as classes: produção de energia elétrica, transmissão de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica e distribuição de energia elétrica. Vejamos cada etapa:

A primeira etapa da cadeia produtiva de energia elétrica é a geração, que consiste na conversão de fontes primárias de energia em energia elétrica. A geração de energia elétrica pode ser proveniente tanto de fontes renováveis, como a água, sol, vento e biomassa, como de fontes não renováveis como combustíveis fósseis e nucleares. Uma vez produzida a energia elétrica, é necessário transportá-la até as proximidades dos centros consumidores, etapa que constitui a transmissão. No caso da transmissão de energia elétrica, seria economicamente inviável a existência de duas ou mais estruturas paralelas nos

mesmos locais, sendo, portanto, considerada como um caso clássico de monopólio natural. Simplificadamente, o conceito de monopólio natural abarca situações em que a existência de uma única empresa provê o mercado com um produto ou serviço a um custo menor devido aos altos custos fixos e aos retornos crescentes de escala da atividade. E, finalmente, tem-se a comercialização de energia, que é a etapa de compra e venda da energia¹⁰⁸.

Com o intuito de atender a contento suas finalidades e atribuições, a ANEEL estabelece convênios com agências reguladoras estaduais. Atualmente são doze agências conveniadas¹⁰⁹.

O mercado de distribuição de energia elétrica é formado por 63 concessionárias, responsáveis pelo atendimento de mais de 61 milhões de unidades consumidoras. O controle acionário dessas companhias pode ser estatal ou privado. No primeiro caso, os acionistas majoritários são o governo federal, estaduais e/ou municipais. Nos grupos de controle de várias empresas privadas verifica-se a presença de investidores nacionais, norte-americanos, espanhóis e portugueses¹¹⁰.

As distribuidoras são empresas de grande porte que funcionam como elo entre o setor de energia elétrica e a sociedade, visto que suas instalações recebem das companhias de transmissão todo o suprimento destinado ao abastecimento no país. Nas redes de transmissão, após deixar a usina, a energia elétrica trafega em tensão que varia de 88 kV (quilovolts) a 750 kV. Ao chegar às subestações das distribuidoras, a tensão é rebaixada e, por meio de um sistema composto por fios, postes e transformadores, chega à unidade final em 127 volts ou 220 volts. Exceção a essa regra são algumas unidades industriais que operam com tensões mais elevadas (de 2,3 kV a 88 kV) em suas linhas de produção e recebem energia elétrica diretamente da subestação da distribuidora (pela chamada rede de subtransmissão). A relação entre os agentes operadores do setor elétrico e os consumidores, conforme mostra a figura 1 abaixo¹¹¹. Os direitos e obrigações dessas companhias são estabelecidos no Contrato de Concessão celebrado com a União para a exploração do serviço público em sua área de concessão – território geográfico do qual cada uma delas detém o monopólio do fornecimento de energia elétrica¹¹².

Figura 1 – Relação entre agentes e consumidores¹¹³

De acordo com a Resolução da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) art. 2.º, XXIV, XXV e XXVI,

os sistemas elétricos podem ser divididos especificamente em três classes de tensão: – baixa tensão: igual ou inferior a 1.000 volts; – média tensão: entre 1.000 e 69.000 volts; – alta tensão: superior a 69.000 volts. Geralmente os eletricitas ou técnicos eletricitas atuam em áreas com as seguintes tensões operacionais: 127, 220, 380, 440, 480, 890, 2.300, 4.160, 6.900, 13.800, 34.500, 138.000, 230.000 volts. Obviamente que estes trabalham de acordo com a oportunidade, formação, grau de instrução, capacidade e condição¹¹⁴.

Importante explicar que da baixa até à alta tensão, a eletricidade tem como principal risco o choque elétrico podendo ocasionar parada cardíaca, queimaduras (parcial ou total), mutilação ou morte, especificamente ao trabalhador. Tudo isso depende da circunstância da ocorrência, do grau de risco e das condições técnicas intrínsecas do sistema elétrico de potência em síntese¹¹⁵.

Desta forma, o instituto da periculosidade só foi introduzido pela lei 6.514, em 22 de dezembro de 1977, que alterou o capítulo V do título II da CLT, o qual versa sobre Segurança e Medicina do Trabalho O §1º do artigo 193, da lei de 6.514 de 1977,

assegurou ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o seu salário, caso trabalhasse em condição de periculosidade. Tal condição estava definida no “caput” do referido artigo, que considerava atividades ou operações perigosas àquelas que implicassem no contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado¹¹⁶.

Cabe mencionar aqui, a Norma Regulamentadora NR-10, publicada através da Portaria 598, do Ministério do Trabalho e Emprego, um marco muito importante para a engenharia das instalações elétricas do Brasil.

De acordo com a Portaria MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO nº 598 de 07.12.2004, a Norma Regulamentadora NR 10 – estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos

trabalhadores que direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade. Esta NR se aplica às fases de geração, transmissão, distribuição e consumo, incluindo as etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção das instalações elétricas e quaisquer trabalhos realizados nas suas proximidades, observando-se as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis¹¹⁷.

Oportuno dizer que essa norma também tem como responsabilidade garantir a saúde, a segurança e a integridade física dos profissionais que estão envolvidos de forma direta ou indireta na prestação desse tipo de atividades e serviços.

No ano de 1978, o Ministério do Trabalho publicou a consolidação das normas de segurança e medicina do trabalho por intermédio da Portaria n.3.214/78. A referida Portaria estabeleceu os requisitos técnicos e legais sobre os aspectos mínimos de segurança e saúde ocupacional (SSO). Cabe ressaltar que, as Normas regulamentadoras, também chamadas de NR foram publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)¹¹⁸.

No que diz ao Ministério do Trabalho, órgão de suma importância para o trabalhador,

o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, extinguiu o referido Ministério através da Medida provisória n.870, assinada pelo então presidente, junto a Casa Civil, Onyx, Lorenzoni. Em resposta a Medida Provisória, contudo, a Federação Nacional dos Advogados (Fenadv) entrou com ação no Supremo Tribunal Federal, questionando a extinção do Ministério do Trabalho, que teve suas competências integradas em outras pastas. De acordo com a MP, o Ministério da Justiça e segurança Pública conduzirá, no que tange às atribuições do Ministério do Trabalho, a Coordenação geral de Registro Sindical e o Conselho Nacional de Imigração¹¹⁹.

A Portaria nº 3.214, de 1978 ressalta que a nova NR-10 exige que se faça um controle do risco elétrico, através de medidas preventivas devidamente planejadas antes de sua implantação nas empresas que realizam intervenções em instalações elétricas, ou em suas proximidades. Assim sendo, a

NR-10 estabelece medidas de proteção coletiva aplicáveis, mediante procedimentos, às atividades a serem desenvolvidas, sendo que, quando estas forem tecnicamente inviáveis ou insuficientes para controlar os riscos, estabelece que devem ser adotados Equipamentos de Proteção Individual específicos e adequados às atividades desenvolvidas, atendendo o que está disposto na NR-6¹²⁰.

O cumprimento da Norma Regulamentadora n.º 10 no que se refere a Segurança em Instalações e Serviço em Eletricidade é uma das principais leis trabalhistas, devido ao alto grau de periculosidade, ou seja, a exigência com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) nas organizações ainda maiores, em trabalhos analisados na revisão de literatura, observou-se que a resistência do colaborador ao uso dos EPI's é um problema enfrentado cotidianamente¹²¹.

3.3 JURISPRUDÊNCIAS RELATIVAS À APOSENTADORIA ESPECIAL NO SETOR ELÉTRICO

Sabemos que a eletricidade, advinda do Decreto nº 2172 de 05 de março de 1997, foi retirada do rol de agentes físicos prejudiciais à saúde e integridade física dos trabalhadores deste setor. Porém, percebemos em nossa pesquisa, que mesmo o INSS negando o benefício da aposentadoria especial a estes assegurados, muitos recorrem aos Tribunais Superiores para terem seus benefícios reconhecidos.

Passemos agora a análise de algumas jurisprudências acerca do tema em discussão. Tem-se ainda hoje em dia jurisprudência dominante que se manifesta no sentido de que só é feito o reconhecimento da especialidade especial do labor se desenvolvido com exposição a eletricidade média superior a 250 volts.

Sobre o tema, o DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ STEFANINI, relator da Apelação Cível (AC) nº00283486720094039999 SP, que tinha como objeto desempenho de atividades em condições especiais, exposto a agentes nocivos, concluindo sua ementa:

AGRAVO LEGAL. ATIVIDADE ESPECIAL. ELETRICIDADE. TENSÃO SUPERIOR A 250 VOLTS. RECONHECIMENTO. 1. O agravo legal apenas reitera argumentos já apresentados em suas contrarrazões e devidamente enfrentados pela decisão monocrática agravada. 2. Com efeito, consta da decisão expressamente que "não basta a simples menção de exposição à eletricidade, sendo necessário que haja prova de que o trabalhador esteve submetido à tensão superior a 250 volts" e que "as Informações sobre Atividades Exercidas em Condições Especiais (fls. 37/38) e os documentos de fls. 39/41 e 129/130 – PPP's (Perfil Profissiográfico Previdenciário) comprovam que o autor desempenhou a função de leiturista na Companhia Paulista de Energia Elétrica e que o mesmo trabalhava exposto ao agente nocivo eletricidade". 3. Considerando que o rol trazido no Decreto n.º 2.172/97 é exemplificativo e não exaustivo – conforme julgado supra (RESP N. 1.306.113/SC) -, o fato de nele não ter sido previsto o agente agressivo eletricidade não afasta a possibilidade de se reconhecer a especialidade do trabalho que importe sujeição do trabalhador a tensão superior a 250 volts, desde que comprovada a exposição de forma habitual e permanente a esse fator de risco. Precedentes. 4. O argumento de ausência de fonte de custeio também não pode ser acolhido, uma vez que como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a norma inscrita no art. 195, § 5º, CRFB/88, que veda a criação, majoração ou extensão de benefício sem a correspondente fonte de custeio, é dirigida ao legislador ordinário, sendo inexigível quando se tratar de benefício criado diretamente pela Constituição, caso do benefício da aposentadoria especial. Precedentes. 5. Agravo legal a que se nega provimento. (TRF-3 – AC: 00283486720094039999 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ STEFANINI, Data de Julgamento: 03/10/2016, OITAVA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:18/10/2016).¹²²

Conforme julgado acima, nota-se que não basta apenas que a atividade seja considerada perigosa, o trabalhador precisa provar que estava exposto ao agente nocivo eletricidade e é requisito essencial que a exposição seja a tensão superior a 250 volts.

Mais uma condição a ser considerado trata-se do tempo mínimo trabalhado, que também vem seguindo a regra original, ou seja, 25 anos. No entanto, se o trabalhador não atingiu todo o período trabalhado como especial poderá transformar o período especial em período normal o que acrescentará no seu tempo total de contribuição para pleitear alguma outra espécie de aposentadoria.

Sobre o tema, o DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPÍRITO SANTO, relator da Apelação Cível(AC) nº 0147551-24.2014.4.02.5101 RJ 0147551-24.2014.4.02.5101, que tinha como objeto o exercício da atividade de soldador em ambiente umidade excessiva, lavagens de trens, com ruídos, conclui ementa:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO EM ESPECIAL. ATIVIDADE DE SOLDADOR. UMIDADE EXCESSIVA. LAVAGEM DE TRENS. RUÍDO. HISTOGRAMA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. - O autor objetiva a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, desde 13/03/2009, considerando-se a demonstração de trabalho em atividade especial nos períodos de 22.08.1978 a 04.08.1980 e de 02.12.1980 a 05.03.1997. - Comprovado o caráter especial do período de 22/08/1978 a 04/08/1980, eis que, à época, exerceu a atividade de soldador, junto à empregadora ISHIKAWAJIMA DO BRASIL ESTALEIROS S.A., no setor de Oficina de casco (na área de produção do estaleiro) e no interior dos navios em construção, realizando atividades que consistem em soldar chapas de ferro e aço, juntas e perfis com o uso de solda elétrica e oxi-acetileno, sendo que tal atividade se encontra abrangida pelo Anexo III, código 2.5.3., do Decreto nº 53.831/64, bem como pelo Anexo II, código 2.5.1, do Decreto nº 83.080/79. - No período de 02.12.1980 a 30.11.1983, o autor "executava lavagem de composições ferroviárias, em lavadores na malha ferroviária (...)", possível, portanto, o enquadramento no código 1.1.3, do Decreto nº 53.831/64, que contempla a expressão lavadores submetidos à umidade excessiva, e possibilita o reconhecimento da especialidade de "trabalhos em contato direto e permanente com água - lavadores, tintureiros, operários nas salinas e outros. - De 01.12.1983 a 05.03.1997, observa-se a submissão do obreiro ao fator insalubre "ruído", no patamar de 83 dB (A), haja vista o requerente ter exercido o controle de movimento de composições ferroviárias, operando aparelho de telegráfico do tipo Morse, recebendo e emitindo informes, bem como operando aparelho de radiocomunicação, recebendo sinais de rádio do tipo VHS. - É inexigível a apresentação de histogramas e medições de ruído carreadas ao longo de todo o tempo de labor especial para ter o tempo reconhecido e convertido, uma vez que a legislação não faz tal exigência. - O tempo de trabalho permanente a que se refere o parágrafo 3º do artigo 57 da Lei nº 8.213/91 é aquele continuado, não o eventual ou intermitente, não implicando, por óbvio, obrigatoriamente, que o trabalho, na sua jornada, seja ininterrupto sob o risco. - A lei não exige que os documentos sejam contemporâneos, para fins de comprovação da atividade exercida sob condições especiais, até porque, como as condições do ambiente de trabalho

tendem a aprimorar-se com a evolução tecnológica, supõe-se que em tempos pretéritos a situação era pior ou quando menos igual à constatada na data da elaboração (Precedentes TRF 2ª Região).¹²³

De acordo com a ementa acima, nota-se que não houve necessidade de comprovação através de documentos para o trabalhador provar que exercia suas atividades em ambiente insalubre, já que não houve melhora no ambiente da data do julgado. O que se percebe é que houve ali verificação dos fatos através de inspeção no local de trabalho.

Sobre o tema, o DESEMBARGADOR FEDERAL TORUY AMAMOTO, relator da Apelação Cível (AC) a apelação cível (AP) nº 0025967-15.2015.4.03.6301 SP (TRF-3), conclui ementa:

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADE ESPECIAL COMPROVADA. ELETRICIDADE. RESP Nº 1.306.113/SC. APELAÇÃO DO INSS IMPROVIDA. BENEFÍCIO MANTIDO. 1. Têm direito somente à aposentadoria integral, calculada com base nas regras posteriores à EC nº 20 /98, desde que completado o tempo de serviço/contribuição de 35 (trinta e cinco) anos, para os homens, e 30 (trinta) anos, para as mulheres. 2. Por ocasião da conversão da Medida Provisória nº 1.663/98 na Lei nº 9.711 /98, permaneceu em vigor o parágrafo 5º do artigo 57 da Lei nº 8.213 /91, razão pela qual continua sendo plenamente possível a conversão do tempo trabalhado em condições especiais em tempo de serviço comum relativamente a qualquer período, incluindo o posterior a 28/05/1998. 3. Quanto à eletricidade, ressalto que a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, reconheceu a condição de periculosidade ao trabalhador do setor de 'energia elétrica' independentemente do cargo, categoria ou ramo da empresa. 4. Computando-se o período de atividade especial ora reconhecido, convertido em tempo de serviço comum, acrescido aos períodos incontroversos anotados na CTPS e constantes do CNIS até a data do requerimento administrativo - 10/09/2003 perfazem-se 37 anos, 09 meses e 04 dias, suficientes à concessão da aposentadoria por tempo de contribuição integral. 5. O autor faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição desde a DER, momento em que o INSS teve ciência da pretensão da autora. 6. Apelação do INSS improvida¹²⁴

De acordo com o julgado acima, o autor tem direito à aposentadoria por tempo de contribuição, já que soma-se 37 anos, 09 meses e 04 dias, tempo considerado suficiente para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição integral. Assim sendo, O INSS entendeu a pretensão da autora da ação.

Sobre o tema, JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, relator da Ação Cível (AC) nº 00015156420084013803 0001515-64.2008.4.01.3803, conclui ementa:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS. RECONHECIMENTO DE TEMPO LABORADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ELETRICIDADE. UTILIZAÇÃO DE EPC/EPI NÃO É CAPAZ DE NEUTRALIZAR O RISCO PELA PRÓPRIA NATUREZA DO AGENTE. CONVERSÃO DE TEMPO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONJECTÁRIOS. REMESSA OFICIAL. HONORÁRIOS. VALOR NOMINAL 1. O cômputo do tempo de serviço deverá

observar a legislação vigente à época da prestação laboral, tal como disposto no § 1º, art. 70, do Decreto nº 3.048/99, com redação do Decreto nº 4.827/03. 2[...] 4. Para o reconhecimento de atividade em condições especiais em decorrência da exposição à eletricidade é indiferente o caráter intermitente, já que o tempo de exposição não é fator condicionante para que ocorra um acidente ou choque elétrico (precedentes do STJ). [...]. 6. No caso de eletricidade, a utilização de EPC/EPI eficazes atestada pelo formulário, não afasta o direito do autor de ver reconhecido como tempo especial o período em que esteve exposto ao agente, já que pela própria natureza do agente, inexistente proteção capaz de neutralizar o risco de uma potencial lesão. [...]10. No caso concreto, sentença mantida para reconhecer como tempo especial o período em que o autor esteve submetido à eletricidade em tensão superior a 250 volts, já que pela própria natureza do agente (perigoso), o uso de EPC/EPI não neutraliza o risco de uma potencial lesão em face da gravidade do risco, com a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição desde a data do requerimento administrativo, ajustando os consectários. [...] (TRF-1 – AC: 00015156420084013803 0001515-64.2008.4.01.3803, Relator: JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, Data de Julgamento: 26/10/2015, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, Data de Publicação: 16/02/2016 e-DJF1 P. 828)¹²⁵

Entretanto, no caso específico dos eletricitários, bem como dos eletricistas que trabalham com exposição à eletricidade superior a 250 volts, não há a possibilidade de comprovação de que o EPI possa ser suficientemente eficaz para neutralizar os efeitos dos agentes nocivos, principalmente se tiver que ser provado sua eficácia durante todo o período trabalhado sob estas condições.

Deste modo o Tribunal Regional Federal entendeu que, mesmo que seja indispensável o uso de equipamento de proteção individual (EPI) pelos eletricitários e eletricistas, em razão da periculosidade da atividade que o trabalhador desempenha sua potencial eficácia não afasta o direito à concessão da Aposentadoria Especial.

Importante mencionar aqui a conversão da aposentadoria comum por aposentadoria especial.

O uso mais comum da conversão de Tempo Especial em Tempo Comum ocorre com a finalidade de antecipar a aposentadoria. Por exemplo, um segurado exerceu atividade insalubre por 15 anos, mas antes disso trabalhou 14 anos em atividade comum, sem insalubridade. Sem a conversão ele precisaria trabalhar mais seis anos, com a conversão, poderia se aposentar nesse momento. Mas para isso é preciso ter a documentação necessária, comprovando que você realmente atuou em ambiente insalubre durante, determinado período¹²⁶.

Vejamos o julgado logo abaixo para melhor entendimento da conversão da aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial:

Decisão: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que inadmitiu o recurso extraordinário interposto em face de acórdão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, cuja ementa reproduz-se a seguir:

PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM APOSENTADORIA ESPECIAL. ELETRICIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO À TENSÃO ELÉTRICA SUPERIOR A 250 VOLTS. SUPRESSÃO PELO DECRETO 2.172/1997 (ANEXO IV). ARTS. 57 E 58 DA LEI 8.213/1991. ROL DE ATIVIDADES E AGENTES NOCIVOS. CARÁTER EXEMPLIFICATIVO. EPI INEFICAZ. RECURSO DO INSS IMPROVIDO. (eDOC 40, p. 1)¹²⁷.

Conforme o que se propõe a Reforma da Previdência, trabalhadores que exercem atividades insalubres terão novas regras para se aposentar assim que a reforma da Previdência entrar em vigor. A aposentadoria especial, que dá direito a quem exerce atividade exposto a agente nocivo à saúde se aposentar mais cedo não terá mais integralidade no benefício.¹²⁸

Hoje, quem se aposenta pela regra recebe 100% de salário de contribuição. Com a nova regra, o cálculo do benefício é o mesmo previsto para outras aposentadorias: 60% da média salarial mais 2% a cada ano que exceder 20 anos de contribuição, mesma regra de cálculo dos outros benefícios. Nesta quarta-feira, 23, o plenário do Senado deve concluir a votação da reforma da Previdência, com a apreciação de destaques que falam justamente sobre a aposentadoria especial. Na véspera, o texto-base, com as mudanças nos benefícios, foi aprovado por 60 votos favoráveis contra 19¹²⁹.

Outra mudança prevista pelo governo trata-se do acesso à aposentadoria especial. Com a reforma, ela seguirá o esquema de pontos. Além de precisar cumprir o tempo mínimo de contribuição para se aposentar, é necessário cumprir o tempo de contribuição mais uma idade para poder ter o benefício¹³⁰.

Pela nova regra, entende-se que somente

poderão se aposentar com este tipo de benefício homens e mulheres exposto a baixo risco à saúde (caso de quem trabalha em metalúrgicas e indústrias químicas, por exemplo) que atingirem os 86 pontos, sendo 25 anos de contribuição o tempo mínimo para o pedido. Para quem está exposto a médio risco (como mineiros de superfície), a pontuação exigida é 76 pontos, com 20 anos mínimos expostos à condição e para o alto risco (mineiros de subsolo), são necessários 66 pontos, com 15 de contribuição¹³¹.

A Reforma da Previdência não vai mexer com a aposentadoria de atividades de risco. Diante disso,

seguranças e vigilantes patrimoniais, frentistas e trabalhadores em postos de combustíveis, motoboys e entregadores, motorista de caminhão-tanque, eletricitários expostos a tensão acima de 250 volts, trabalhadores em empresas de explosivo, profissionais da construção civil que trabalhem em grandes alturas, e trabalhadores que ficam nas estações de tratamento de água e esgoto, por exemplo, terão direito a enquadrar a periculosidade de seu trabalho para pleitear aposentadoria por tempo especial no INSS, que permite aposentar com menos tempo de contribuição¹³².

Manter esse direito só foi possível devido um destaque à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que foi derrubado por unanimidade no Senado Federal. O tópico extraiu do texto final da Reforma da Previdência a proibição da concessão de aposentadoria especial para trabalhadores que buscarem o enquadramento por periculosidade. “Aprovamos por unanimidade o destaque que defendi da periculosidade, disse o Senador Paulo Paim, na ocasião¹³³.

3.4 IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA AS APOSENTADORIAS ESPECIAIS

A Reforma da Previdência Social publicada no dia 12 de novembro de 2019, sofreu algumas alterações para as concessões de aposentadorias, tendo sua validade das novas regras a partir de 13 de novembro de 2019, quando ocorreu sua publicação no Diário Oficial da União. Dentre as alterações que a Emenda Constitucional nº 103/2019 trouxe, encontra-se algumas inerentes à concessão da aposentadoria especial, tema principal deste estudo.

Pela nova regra, somente poderão se aposentar com este tipo de benefício, homens e mulheres exposto a baixo risco à saúde (caso de quem trabalha em metalúrgicas e indústrias químicas, por exemplo) que atingirem os 86 pontos, sendo 25 anos de contribuição o tempo mínimo para o pedido. Para quem está exposto a médio risco (como mineiros de superfície), a pontuação exigida é 76 pontos, com 20 anos mínimos expostos à condição e para o alto risco (mineiros de subsolo), são necessários 66 pontos, com 15 de contribuição¹³⁴.

Conforme Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, art.19, § 1º até que lei complementar disponha sobre a redução de idade mínima ou tempo de contribuição prevista nos §§ 1º e 8º do art. 201 da Constituição Federal, será concedida aposentadoria:

I - aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, nos termos do disposto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quando cumpridos: a) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 15 (quinze) anos de contribuição; b) 58 (cinquenta e oito) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 20 (vinte) anos de contribuição; ou c) 60 (sessenta) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição¹³⁵.

Além da exigência de idade mínima para a concessão do benefício (que pela regra anterior não era exigida), com a reforma da Previdência adotou-se também o critério de pontuação, ou seja, será somado idade mínima mais o tempo de contribuição que somando terá que atingir a pontuação mínima exigida pela referida Emenda, art.21:

Art. 21. O segurado ou o servidor público federal que se tenha filiado ao regime geral de previdência social ou ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, desde que cumpridos, no caso do servidor, o tempo mínimo de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, na forma dos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderão aposentar-se quando o total da soma resultante da sua idade e do tempo de contribuição e o tempo de efetiva exposição forem, respectivamente, de: I - 66 (sessenta e seis) pontos e 15 (quinze) anos de efetiva exposição; II - 76 (setenta e seis) pontos e 20 (vinte) anos de efetiva exposição; e III - 86 (oitenta e seis) pontos e 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição. § 1º A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se refere o caput¹³⁶.

Outro ponto importante que a Emenda trouxe foi a vedação da conversão de tempo especial em tempo comum, prática vinha sendo realizada na regra anterior a Reforma. Assim dispõe o §3º do art.10 da Emenda:

§ 3º A aposentadoria a que se refere o § 4º-C do art. 40 da Constituição Federal observará adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos para o regime geral de previdência social, naquilo em que não conflitem com as regras específicas aplicáveis ao regime próprio de previdência social da União, vedada a conversão de tempo especial em comum¹³⁷.

Há que falar que o valor do benefício também sofreu alteração, conforme disposto no art.26, parágrafo 2º da Emenda Constitucional, quando diz que|:

O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no caput no § 1º, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição [...] ¹³⁸.

Atualmente quem se aposenta pela regra antiga recebia 100% do salário de contribuição. Com a nova regra, tem-se que o cálculo do benefício é o mesmo previsto para outras aposentadorias, ou seja, 60% da média salarial mais 2% a cada ano que ultrapassar 20 anos que o trabalhador terá de contribuição. Essa regra de cálculo será a mesma dos outros benefícios.

Após análises das alterações que a Reforma da Previdência trouxe para a categoria dos trabalhadores especiais, observa-se que houve, de fato, impactos quanto a concessão das aposentadorias especiais, inclusive para o setor elétrico, no que tange as novas regras de concessão. Porém a decisão de concessão do benefício continuará a cargo dos tribunais, já que a reforma não trouxe expressamente quais seriam os trabalhadores beneficiários da aposentaria especial, apenas as novas regras quanto à concessão. Neste sentido, esperamos que permaneça o entendimento dos Tribunais quanto ao risco

à saúde dos trabalhadores no setor elétrico, o qual veremos agora com a Reforma, nas decisões a serem proferidas.

CONCLUSÃO

O tema abordado neste trabalho trata-se da aposentadoria especial, com enfoque principal na problematização: se existe a possibilidade de aposentadoria especial para os trabalhadores do setor elétrico, e se for possível, quais são os requisitos para a concessão?

Respondendo aos objetivos propostos, verificou-se que no âmbito no regime geral da previdência social existem vários benefícios no regime geral aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade e auxílio-acidente. Aposentadoria, pensão e auxílio são os benefícios que a Previdência Social oferece aos segurados e seus familiares, como proteção da renda salarial em caso de doença, acidente de trabalho, velhice, maternidade, morte ou reclusão.

A aposentadoria especial é garantida ao trabalhador segurado da previdência social, desde que comprovada sua exposição a agentes nocivos que afetam a integridade física, podendo esses agentes ser químicos ou biológicos. O ambiente de trabalho em que a atividade laboral é realizada de modo a expor o trabalhador é considerado um ambiente insalubre.

A partir do Decreto 2172 de 05 de março de 1997, ocorreu o marco histórico da problematização quanto ao direito da Aposentadoria Especial por risco elétrico, pois houve uma mudança radical no entendimento administrativo, que visualizou a retirada do agente físico eletricidade do anexo IV. Que em face disso o INSS passou a negar os pedidos de aposentadoria especial dos eletricitários que fizessem a solicitação junto ao órgão, restando desse modo apenas por via judicial para reconhecimento do direito.

De acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE, a atividade energia elétrica abrange as classes: (produção de energia elétrica), (transmissão de energia elétrica), (comércio atacadista de energia elétrica) e (distribuição de energia elétrica), com milhares de trabalhadores espalhados em vários setores do setor elétrico no Brasil.

Considerando o levantamento do problema, a jurisprudência majoritária tem o entendimento de que é possível o reconhecimento da aposentadoria especial para os trabalhadores no setor elétrico, e que o rol de atividades consideradas insalubres, perigosas ou penosas é exemplificativo, fato que por ausência do enquadramento da atividade desempenhada não inviabiliza, sua consideração para fins

de concessão de aposentadoria, podendo ser reconhecida como especial, por meio de comprovação pericial para o trabalhador que laborava em contato com eletricidade média superior a 250 volts, dentro do período determinado para o tempo especial (15, 20 ou 25 anos).

Durante a elaboração deste trabalho ocorreu a promulgação da Emenda Constitucional referente à Reforma da Previdência, com várias alterações quanto as regras e aos requisitos da concessão do benefício, mas não trouxe nenhuma previsão expressa ao setor elétrico, mantendo a aplicação das jurisprudências, objeto desta pesquisa. No que tange as novas regras de concessão, a decisão do benefício continuará a cargo dos tribunais.

REFERÊNCIAS

^{107,111}ANNEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). Atlas de energia elétrica do Brasil / Agência Nacional de Energia Elétrica. 3. ed. – Brasília : Aneel, 2008, p.3. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf> Acesso em 04 nov 2019, p.23.

¹¹⁰ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível

em:<tps://www2.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=50&idPerfil=2%20/%20https://www.cemig.com.br/p-t-5-br/atendimento/> Acesso em 05 out 2019.

^{20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32}ALVIM, Ruy Carlos Machado. Uma história crítica da legislação previdenciária brasileira. Revista de Direito do Trabalho, São Paulo, n. 18,p. 9 - 44, março - abril1979[recurso eletrônico]. Disponível em: www.revistadotribunais.com.br.Acesso em: 21/ 03/ 2019.

³Araújo, Francisco Carlos da Silva. Seguridade social,2006,p.1.Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/9311/seguridade-social> Acesso em 26 out 2019.

^{68,69}BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. Previdência Rural: inclusão social. Curitiba: Juruá, 2011.

^{714,15}BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2002

¹²¹BASSETTO Priscilla et al. NR-10: Segurança no trabalho com eletricidade,p.5 Disponível em:http://anais.unespar.edu.br/xi_eepa/data/uploads/artigos/8/8-05.pdf. Acesso em 10 nov 2019.

^{6,58}BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

^{88,103}_____. Decreto 53.831. Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960

⁹²_____. Lei 7.369 20 setembro de 1985.Institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade. Diário Oficial[da]República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 20 set. 1985.

¹¹⁷_____. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Aprovada pela portaria nº 598, de 07 de dezembro de 2004, publicada no D.O.U. em 8 de dezembro de 2004.Disponível em:<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/portariamte598.htm> Acesso em 12 nov 2019.

¹²²_____. Tribunal Regional Federal. Apelação Cível. nº00283486720094039999SP.Relator Desembargador FederalLuiz Stefanini. Oitava Turma. Julgado em:18/10/2016.Disponível em:<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=tens%C3%A3o+superior+a+250+volts>. Acesso em 08 nov 2019.

¹²³_____. Tribunal Regional Federal. Ap. Cível. 0147551-24.2014.4.02.5101 /RJ. Relator Desembargador Federal Paulo Espírito Santo.Turma Especialidade I.Julgado em 03/10/2016.Disponível em: <https://trf-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/509639988/apelacao-ac>

1475512420144025101-rj-0147551-2420144025101/inteiro-teor-509639993?ref=juris-tabs Acesso em 09 nov 2019.

¹²⁴ _____. Tribunal Regional Federal. Apelação Cível: nº 0025967-15.2015.4.03.6301 SP. Relator Juiz federal Toruy Amamoto. 7ª turma. Julgado em 25/02/2019. Disponível em: <https://trf-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/681785860/apelacao-civel-ap-15033020154036202-ms/inteiro-teor-681785888>

¹²⁵ _____. Tribunal Regional Federal. Apelação Cível: 00015156420084013803 0001515-64.2008.4.01.3803MG. Relator Juiz Federal Murilo Fernandes de Almeida. Julgado em 26/10/2015. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-previdenciario/aposentadoria-especial-pela-exposicao-a-eletricidade/> Acesso em 09 nov 2019.

¹²⁷ _____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário com Agravo: RG ARE 906569 – PE. Relator Ministro Edson Fachin. Julgado em 28/08/2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=5851932>

^{135,136,137,138} _____. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 NOVEMBRO DE 2019.

⁵⁵BUCCI, Maria Paula Dallari. A reforma constitucional da previdência. O direito à aposentadoria como direito fundamental e seu conteúdo. Disponível em: www.revistadotribunais.com.br. Acesso em 16 set 2019.

^{80,82,83,84,85,86}CAMARGO, Felipe Pértilede. Comparativo da proposta de emenda constitucional – pec 287/2016 – nas aposentadorias por idade e tempo de contribuição. Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul, 2018

¹⁹CAMPOS, Amanda Bosco de, VIANA, Anny Ramos. Considerações acerca do instituto da desaposentação no regime geral da previdência social. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 965, p. 245-267, março, 2016 [recurso eletrônico]. Disponível em: www.revistadotribunais.com.br. Acesso em: 20/03/2019.

^{132,133}CARDOSO, Marina. Reformada previdência garante aposentadoria especial para atividades de risco. Disponível em: <https://istoe.com.br/atividade-de-risco-garante-aposentadoria-especial-no-inss/> Acesso em 11 nov 2019.

¹CASTRO, Carlos Alberto Pereira de, LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário, Florianópolis: conceito editorial 2007. In: BATSCHAUER, Fernando Damian. Aposentadoria especial no regime social brasileiro. Monografia apresentada à Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, 2010. Disponível em: <file:///E:/Desktop/Monografia%20importante%20para%20Alline.pdf> Acesso em 17 mar 2019.

⁷⁶DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

⁹³FERNANDES, Anníbal. Aposentadoria especial: requisito de idade: afronta à CF/88. Art. 5º. Disponível em: www.revistadotribunais.com.br. Acesso em 12 set 2019.

^{116,119}Folha Dirigida. Bolsonaro extingue Ministério do Trabalho e é alvo de ação no STF. Disponível em: folhadirigida.com.br/noticias/concurso/especial/bolsonaro-extingue-ministerio-do-trabalho-e-e-alvo-de-acao-no-stf Acesso em 08 nov 2019.

¹¹³ Figura retirado do site: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf> Acesso em 04 nov 2019.

^{17,33} GONÇALVES, Nair Lemos. Reformada Previdência Social. Revista de Direito do Trabalho, São Paulo, p. 89 – 95, maio-junho, 1978[recurso eletrônico]. Disponível

em: www.revistadotribunais.com.br. Acesso em: 18/ 03/2019.

^{101,104}GOUVEIA, Carlos Alberto Vieira de. Aposentadoria especial pela exposição à eletricidade. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-previdenciario/aposentadoria-especial-pela-exposicao-a-eletricidade/2018>. Acesso em 26 out 2019.

8,10,16,40,45,47,48,50,51,52,53,54,59,60,61,62,63,64,65,66,67,73,74,75,77,78,79,81,87,89,90,91,95,96) IBRAHIM, Fábio Zambitte. A Previdência Social no Estado Contemporâneo. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

. Curso de Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

¹²⁶KOETZ, Eduardo. Aposentadoria Especial: periculosidade e conversão de tempo. Disponível em: <https://koetzadvocacia.com.br/aposentadoria-especial-conversao-de-tempo/> Acesso em 11 nov 2019.

^{114,115}LAURINDO, Iara Morassi. Aposentadoria especial dos eletricitários: a constituição e a proibição de retrocesso. *Revista dos Tribunais*, vol. 76/ jul. set./2011, p.153 -179 [recurso eletrônico]. Disponível em: www.revistadostribunais.com.br. Acesso em: 04 nov2019.

¹²⁰LOPES, Henrique Cereta Lopes. Análise da aplicação e atendimento às Normas Regulamentadoras NR-10 e NR-18 em canteiros de obras com relação aos serviços de eletricidade. Monografia do Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho, Santa Rosa R/S,2011,p.17. Disponível em:http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2624/1/CT_EPC_2013_2_14.PDFAcesso em14 nov 2019.

^{12,13}MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Atlas, 2004.

^{34,35}MOTA, Ana E. *Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. Saúde e Serviço Social: formação e trabalho profissional*, 2006. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-2.pdf Acesso em 22 mai 2019, p.6

²OLIVEIRA, S. L. de. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

^{108,109}PAIXÃO, L. apud MAKI, NÁDIA. Controle judicial de atos regulatórios no setor elétrico: casos de deferimentos de antecipação de tutela para desobrigar consumidores a pagarem itens da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília-DF, 2017,p.10.Disponível em:[ttps:](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/26000/1/0000000000000000.pdf)

[//www.aneel.gov.br/documents/656835/14876412/Monografia+Nádia+Maki.pdf/772ba638-0ce4-101b-a59f-787e2eea2331](http://www.aneel.gov.br/documents/656835/14876412/Monografia+Nádia+Maki.pdf/772ba638-0ce4-101b-a59f-787e2eea2331)Acesso em 11 nov 2019.

⁵⁶PEREIRA, KarllaBeza. Aposentadoria por idade: uma análise das mudanças legais entre 2008 e 2011. Trabalho de Monografia para Pós Graduação – Lato Sensu apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Direito Previdenciário pelo Centro Universitário Barriga Verde – Orleans, 2012.

³⁸Previdência Social. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/previdencia_social.pdf Acesso em 17 mai 2019.

^{128,129,130,131,134}QUINTINO, Larissa. Com reforma da Previdência, aposentadoria especial deixa de ser integral.Disponível

em:<https://veja.abril.com.br/economia/com-reforma-da-previdencia-aposentadoria-especial-deixa-de-ser-integral/> Acesso em 11 nov 2019.

¹⁰²Quadro disponível no site: <http://www.setorgrafico.org.br/documentos-aposentadoria-especial/ANEXO%20III%20do%20art%202%C2%B0%20do%20Dec%2053.831%20de%201964.pdf>

⁵ROMERO, Raphael Alexander Rosa. Sinopses de Direito Previdenciário.CLEDIJUR-Leme/SP, 2012.

^{9,11,36,97,98,100}SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito Previdenciário esquematizado. Saraiva, 2011.

³⁷SENAC NACIONAL. O que você precisa saber sobre a Previdência Social. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004. 40 p. Publicado em parceria com a Secretaria Executiva do Programa de Educação Previdenciária do Ministério da Previdência Social. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/previdencia_social.pdf. Acesso em 06 out. 2019.

¹¹⁸Serviço Social da Indústria (SESI) Legislação Comentada: Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho.Disponível em:

<http://pessoal.utfpr.edu.br/jmario/arquivos/NRs%20comentadas.pdf> Acesso em 08 nov 2019.

^{18,39,41,42,43,44,46,49,57,94}TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social.rev. e atual.- Niterói, RJ:Impetus,2014.

TEIXEIRA, Denilson Victor Machado. Manual de Direito da seguridade social.Lemes,SP: Imperim Editora,2009.

⁴WOLF, Guilherme Eidelwein. Custeio da seguridade social no Brasil: a previdência social é deficitária ou superavitária? Revista de Direito do Trabalho, Lajeado/RS,n. 179- p. 123 – 146, julho, 2017[recurso eletrônico]. Disponível em: www.revistadostribunais.com.br.Acesso em: 17 /03/2019.

^{105,106}ZANCHETA, Márcio Nestor, apud SANTOS, Fabrício Fontoura dos. Principais consequências da não aplicação da nr-10 – avaliação das instalações elétricas de baixa tensão de uma unidade militar de aquartelamento. Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista no Curso de Pós Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, Departamento Acadêmico de Construção Civil,

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, 2013,p.13. Disponível em: [ositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1533/1/CT_CEEST_XXV_2013_10.pdf](https://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1533/1/CT_CEEST_XXV_2013_10.pdf) Acesso em 18 out 2019.